

RELATÓRIO ANUAL

2015

PLANO DE BENEFÍCIOS
G. BARBOSA



12%

APROVEITE
12% DO
BENEFÍCIO FISCAL
E **GANHE** DE
TRÊS MANEIRAS
DIFERENTES.

Primeiro, porque esse dinheiro é **integralmente deduzido da base de cálculo do seu Imposto de Renda.**

Segundo, porque com uma base de cálculo menor, **você tem menos imposto a pagar.**

E terceiro, porque **o dinheiro investido vai render um grande futuro para você.**

Para conhecer melhor este benefício, ligue **0800 285 3004.**

Acesse o Icatu Online pelo site icatusseguros.com.br, lá você poderá consultar o seu plano, ver extratos e emitir boletos.

IcatuFMP

ÍNDICE

4	MENSAGEM DA DIRETORIA AOS PARTICIPANTES
7	ADMINISTRAÇÃO DO ICATUFMP
9	PANORAMA ECONÔMICO DE 2015

RESULTADOS DA ENTIDADE EM 2015

18	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA
20	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DA ENTIDADE
51	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
54	PARECER DO CONSELHO FISCAL
56	MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

RESULTADOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS G.BARBOSA EM 2015

59	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DO PLANO
62	DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COM INVESTIMENTOS DO PLANO
64	INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO
66	INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
70	RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS
73	GLOSSÁRIO
76	ANEXO PARECER ATUARIAL

MENSAGEM DA DIRETORIA AOS PARTICIPANTES

MENSAGEM DA DIRETORIA AOS PARTICIPANTES

Caro Participante,

Sabemos que fazer planejamento a longo prazo não faz parte dos nossos hábitos. Em consequência dos tempos de alta inflação, nós brasileiros temos um pensamento de consumo imediato e deixamos o planejamento financeiro de lado. Dificilmente alguém acorda com vontade de economizar para o futuro e mais difícil ainda é abrir mão de comprar algo hoje para investir na tranquilidade financeira amanhã.

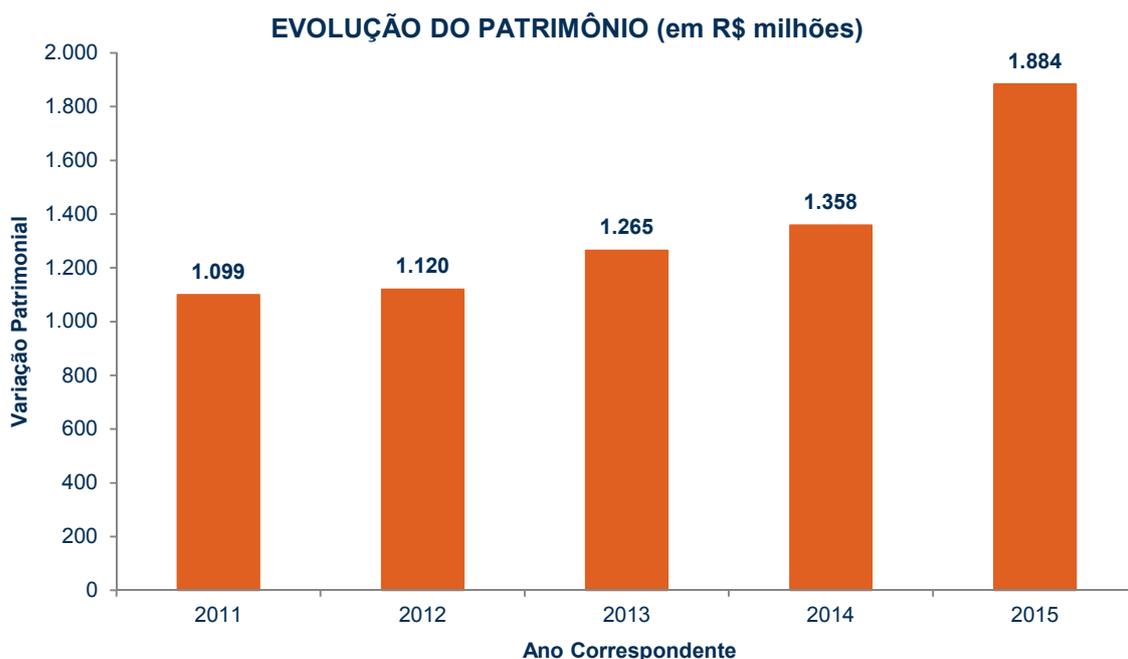
No entanto, devemos levar em consideração a atual situação da previdência social brasileira. Nos anos 50, oito trabalhadores custeavam a renda de um aposentado. Hoje em dia, a média é de 1,4 trabalhador para cada aposentado. Esta redução é o que mais compromete o valor e a idade da sua aposentadoria pelo INSS. Não há dúvidas que a previdência privada é importante para complementar a aposentadoria da previdência social e uma das formas de manter seu padrão de vida e se proteger de imprevistos, pois une os benefícios da aplicação financeira com as vantagens fiscais previstas em lei.

Por isso, temos o compromisso de cuidar com excelência do seu plano de benefícios, administrando-o com responsabilidade e buscando as melhores práticas de mercado, sempre pensando no seu futuro.

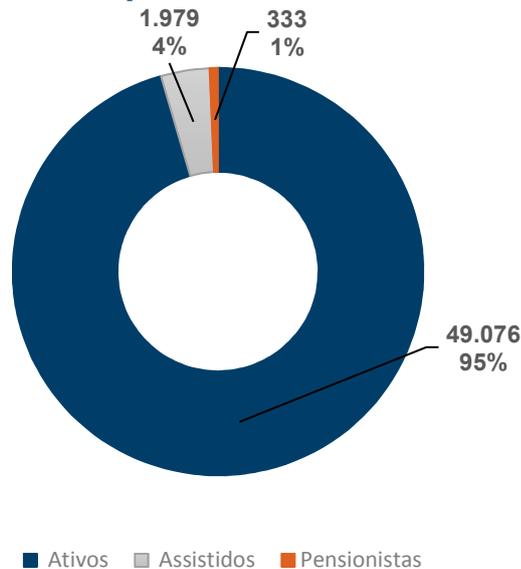
Lembramos que você deve sempre rever o seu planejamento para a aposentadoria e realizar as ações possíveis em seu plano, para atingir os resultados esperados.

O Relatório Anual é uma importante ferramenta de acompanhamento da administração e gestão do seu plano de benefícios e do Icatu Fundo Multipatrocinado. Nesta versão, você poderá conferir informações detalhadas sobre a situação patrimonial, política e resultado dos investimentos, despesas administrativas e a situação atuarial.

Os resultados positivos do IcatuFMP demonstram a gestão moderna da Entidade, com foco nos resultados e nos participantes, conforme as tabelas abaixo:



Participantes IcatuFMP



Merece destaque, a reunião ocorrida em maio de 2015 com os representantes dos Participantes e das Patrocinadoras no Colégio de Participantes e na Assembleia de Patrocinadores para tomar conhecimento do Relatório Anual de atividades e das Demonstrações Contábeis do exercício 2015 aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

Registramos que em 2015, ocorreu a efetiva transferência de Gerenciamento para o IcatuFMP dos seguintes Planos de Benefícios: CarestreamPrev, PreviKodak, Otis e Springer.

Ainda em 2015, a UTCPREV Fundo Múltiplo de Previdência Privada solicitou a rescisão do Convênio de Adesão e retirada de patrocínio como patrocinadora do Plano de Benefícios Springer, sendo estas ações autorizadas pela PREVIC em 04/12/2015, pelo Ofício nº 3292 por meio do Despacho nº 389.

Outro fato relevante para a Entidade em 2015, foi que o IcatuFMP não recebeu a fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (“PREVIC”).

O Relatório Anual – versões completa e resumida - está disponível exclusivamente por meio eletrônico na área restrita do Participante no site www.icatusseguros.com.br, e nele você pode acompanhar de perto os resultados da entidade, do seu plano de aposentadoria e ainda algumas ações realizadas no ano pelo Icatu Fundo Multipatrocinado.

Assim, encerramos esta mensagem certos de que trilhamos um caminho sólido em 2015, pautado na competência e no profissionalismo, os quais norteiam as ações da Entidade com comprometimento em garantir o futuro de nossos participantes, assistidos e pensionistas.

Boa Leitura!

ADMINISTRAÇÃO DO ICATUFMP

ADMINISTRAÇÃO DO ICATUFMP (ANO 2015)

DIRETORIA EXECUTIVA

Sergio Egidio

Diretor Superintendente e AETQ

Luciano Snel Côrrea

Diretor Financeiro e Controladoria

Márcio Santiago Câmara

Diretor Administrativo

Alexandre Petrone Vilardi

Diretor de Operações

CONSELHO DELIBERATIVO

Representantes Patrocinadores

Fundadores

Luciana Bastos (Presidente)

Márcio Palmeira (Suplente)

Greicilane Ruas (Vice Presidente)

José Loureiro (Suplente)

Bernardo Dieckmann (Titular)

Sérgio Prates (Suplente)

Representantes Demais Patrocinadores

Fábio Berbel (Titular)

Carina Veiga (Suplente)

Nilton José dos Santos (Titular)

Adriana Giannotti (Suplente)

Marco Galluzzi (Titular)

Paulo Roberto Diniz Lins (Suplente)

Representantes Participantes Ativos

Eliane Trivizol (Titular)

Miguel Carlos Guerreiro (Suplente)

Darcio de Moraes Filho (Titular)

Antonio Nicolella (Suplente)

Representantes Participantes Assistidos

Lizete Ribeiro (Titular)

Maurício Muramoto (Suplente)

CONSELHO FISCAL

Representantes Patrocinadores

Fundadores

Luiz Eduardo Edelsberg (Titular)

Gustavo Padula (Suplente)

Representantes Demais Patrocinadores

José Ricardo Uchôa (Titular)

Bruno Schultz (Suplente)

Representantes Participantes Ativos

Carlos Norberto Strelow (Titular)

Edmilson Santana (Suplente)

Representantes Participantes Assistidos

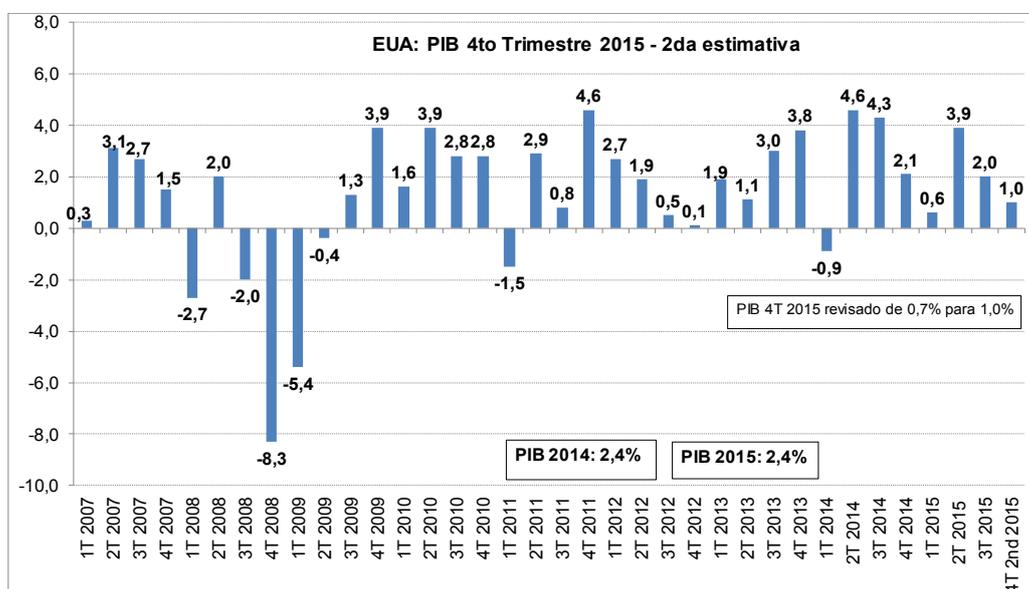
Altevir Waluszko (Titular)

Benedito Pedro da Cruz (Suplente)

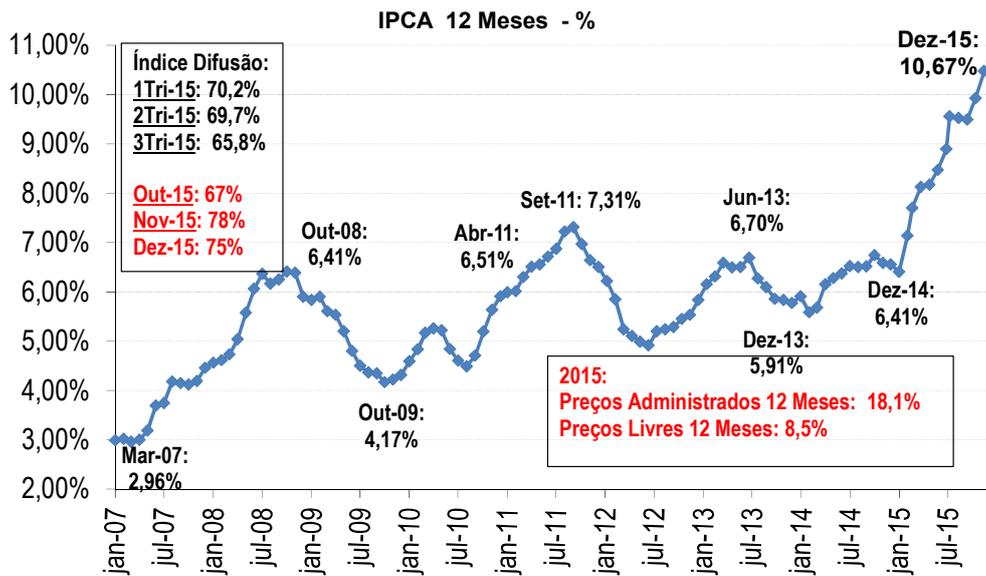
PANORAMA ECONÔMICO DE 2015

PANORAMA ECONÔMICO DE 2015

Para a economia brasileira o ano de 2015 foi bastante melancólico em todos os aspectos, e dentro de um cenário econômico mundial que não poderia ser chamado de especialmente crítico. Teve sim a desaceleração do crescimento da China, mas desaceleração não é retração de PIB, é apenas crescimento mais lento. A economia da China, a segunda maior economia mundial após os Estados Unidos, ainda apresentou um crescimento bastante robusto, com o PIB se expandindo 6,9%. A economia americana também continuou crescendo de forma gradual e gerando empregos de forma significativa mensalmente. No ano de 2015, abriram-se mais de dois milhões e seiscentos mil novos postos de trabalho, o que levou a taxa de desemprego para um patamar historicamente baixo de 5%. Tanto é que após sete anos em que a taxa de juros dos *Fed funds* foi mantida virtualmente em zero, o Comitê de Política Monetária do Banco Central americano finalmente decidiu subir a taxa para 0,25% na reunião de dezembro de 2015. Finalmente, a economia da zona do Euro também cresceu, embora de forma mais anêmica, o que levou ao Banco Central Europeu decidir implementar políticas de maior estímulo monetário.

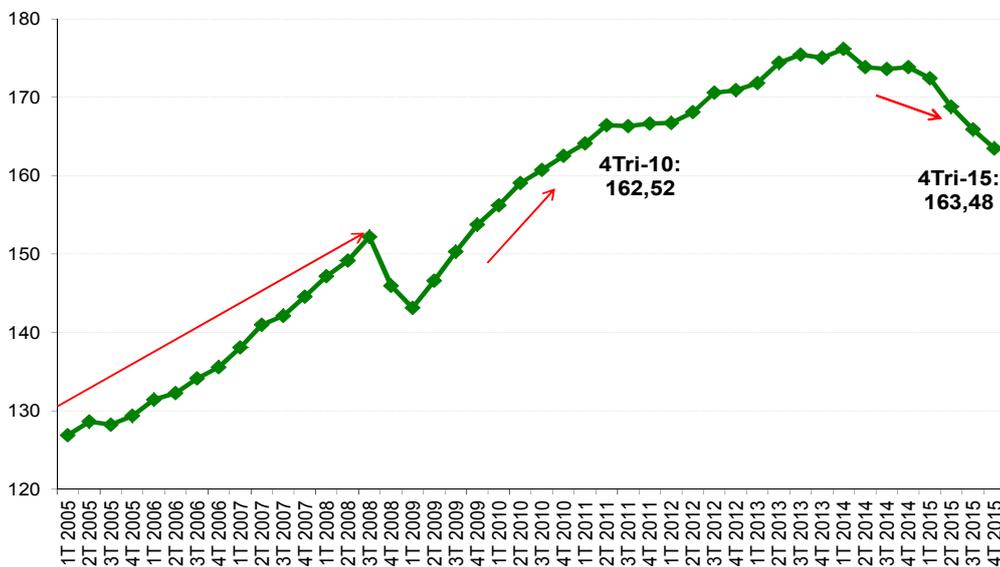


Nesse ambiente externo, o Brasil foi um dos poucos destaques de país com um desempenho extremamente negativo, acompanhado pelos países “bolivarianos” do Atlântico, Argentina e Venezuela. Com efeito, após a inflação brasileira fechar 2014 em 6,41% (muito perto do limite superior da meta de 6,5%), em 2015 o IPCA atingiu a perigosa marca dos dois dígitos (10,67%), ultrapassando em muito o limite superior do regime de metas de inflação. Tratou-se do índice mais alto desde novembro de 2003. No primeiro ano do novo mandato da presidente Dilma Rousseff, houve necessidade de reajustar vários preços administrados, que tinham sido mantidos artificialmente congelados ou que tinham sido reduzidos obrigatoriamente, como a energia elétrica, em um surto de populismo. Assim, os itens que compõem os preços administrados dentro do IPCA subiram, em média, espantosos 18,1% em 2015. Entretanto, devemos destacar que, deixando de lado os preços administrados, os demais preços, os chamados preços livres subiram 8,5%. Isto é, subiram muito acima do limite superior da banda do regime de metas de inflação (6,5%). Além disso, o índice de difusão do IPCA (percentual de itens cujos preços aumentaram naquele mês) encontra-se muito elevado. No último mês do ano passado, especificamente, alcançou 75%, o que quer dizer que a inflação está muito disseminada e não se restringe ao reajuste necessário dos preços administrados.



O que especialmente dramático é que o Brasil está vivendo um cenário de altíssima inflação ao mesmo tempo em que o nível de atividade registrou uma das maiores retrações desde o pós-guerra. Com efeito, o PIB de 2015 caiu 3,85%, encima de um PIB já quase estagnado em 2014, que tinha tido crescimento de apenas 0,1% em relação a 2013. Isto é, já faz dois anos seguidos que o PIB per capita recua bastante no Brasil, já que a população vem crescendo aproximadamente 1,1% ao ano.

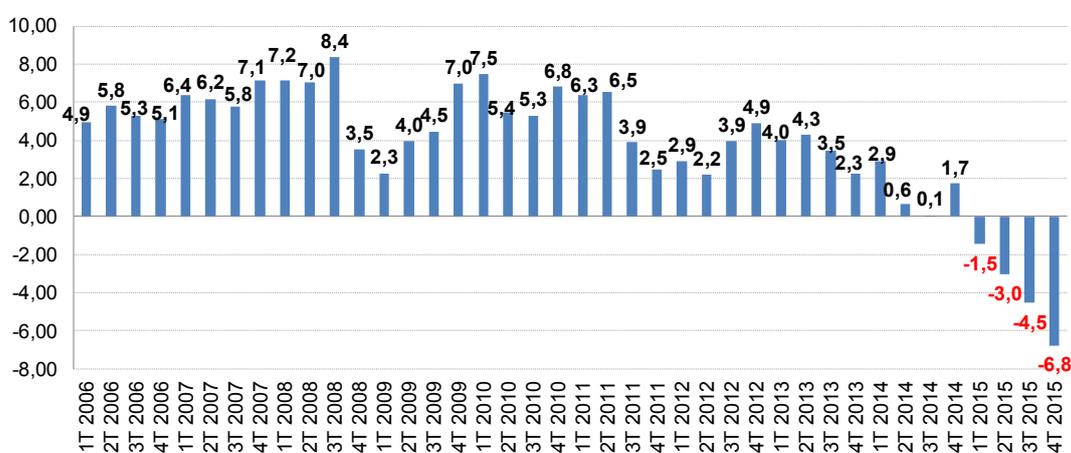
PIB Trimestral com Ajuste Sazonal



Conforme mostra o gráfico acima do PIB trimestral com ajuste sazonal, a população brasileira está ficando cada vez mais pobre em decorrência de vários anos de políticas econômicas inconsistentes. Gostaríamos de ressaltar que faz muitos trimestres em que o PIB vem caindo e que o número índice que corresponde ao PIB trimestral do quarto trimestre de 2015 é muito parecido ao que corresponde ao quarto trimestre de 2010! Isto se traduz da seguinte maneira: na média, o volume de produção total da agropecuária, da indústria e dos serviços da economia brasileira no último trimestre do ano passado foi virtualmente igual ao que se produzia cinco anos atrás! Dentro de esses setores, o mais atingido de longe foi a indústria, cujo nível de produção despencou.

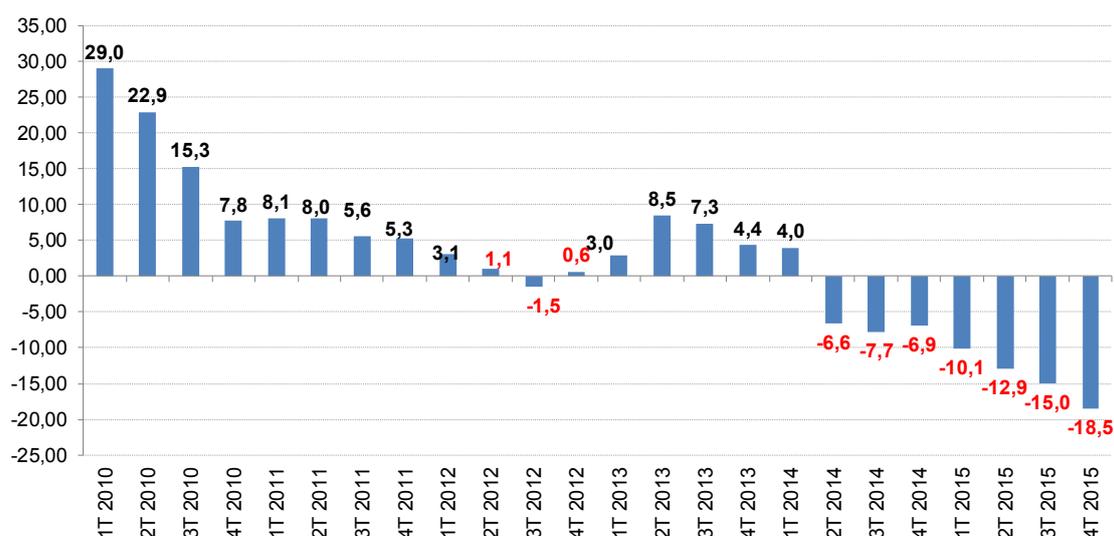
Em termos dos componentes da demanda, tanto o consumo das famílias quanto o investimento vêm registrando números de crescimento negativos. O consumo das famílias vem caindo na comparação interanual há quatro trimestres seguidos. Isto é uma decorrência natural do significativo aumento no desemprego e da queda do poder de compra das famílias em função do descontrole da inflação. De acordo aos dados do Ministério do Trabalho, somente em 2015 se fecharam mais de um milhão e seiscentos mil empregos formais. Este número deve ser comparado à abertura de mais de dois milhões e seiscentos mil novos postos de trabalho na economia americana. O governo parece não ter entendido ainda que não adianta tentar estimular o crescimento do PIB via aumento do consumo das famílias, já que o aumento do desemprego, a queda da confiança do consumidor e a queda do poder de compra pela alta da inflação concorrem para reduzir a intenção de consumo das famílias brasileiras. De fato, historicamente, não se vê quatro trimestres seguidos de queda interanual do consumo, aprofundando, como se viu nos últimos três trimestres.

Consumo das Famílias - Anual %



O investimento também tem despencado a taxas até bem maiores. Faz sete trimestres seguidos que o investimento cai. No último trimestre de 2015, o investimento caiu extraordinários 18,5% sobre o mesmo trimestre de 2014, que já tinha registrado uma queda de investimento de 6,9% em relação a 2013. Ou seja, estamos falando de queda sobre queda, algo nada auspicioso. Enquanto os empresários não tenham um aumento no grau de confiança a respeito do futuro crescimento da economia, não haverá aumento do investimento para expandir a capacidade produtiva, criando novos postos de trabalho. Nem no contágio da grave crise financeira internacional de fins de 2008 o investimento no Brasil sofreu tanto como nos últimos trimestres.

Investimento - Anual



Como falamos anteriormente, o setor mais afetado pela recessão foi o setor industrial. A queda do volume de produção industrial no Brasil foi desastrosa. Em 2015, a produção industrial caiu 8,3% em média. Todos os setores industriais foram muito afetados negativamente, mas em especial o pior desempenho ficou com o setor produtor de bens de capital, refletindo a brutal queda do investimento no País. A produção de bens de capital caiu quase 32% em dezembro de 2015 em relação a dezembro de 2014 e caiu 26% no ano de 2015 em comparação ao ano anterior. O segundo pior desempenho foi do setor produtor de bens de consumo duráveis, com queda de 18,7% na produção interanual.

Produção Industrial

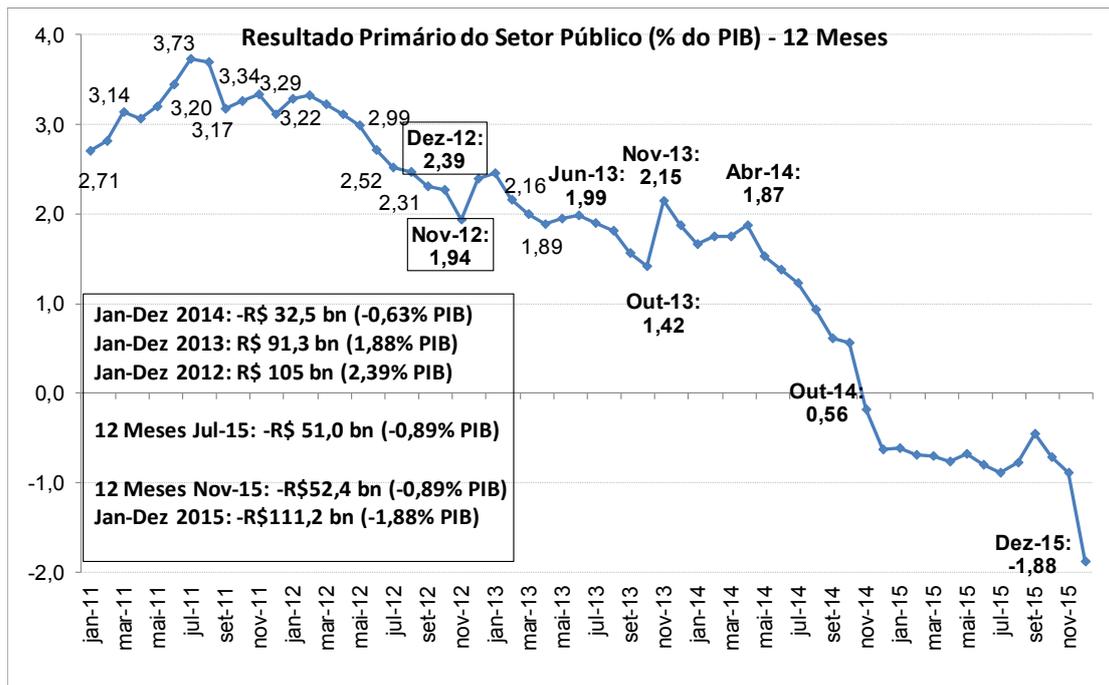
(% Anual)

Setores	2014	1 Tri-15	2 Tri-15	3 Tri-15	Out-15	Nov-15	Dez-15	Dez-15*	12 Meses
Bens de Capital	-9,6	-17,9	-21,7	-30,5	-32,6	-31,2	-31,9	-8,2	-25,5
Bens Intermediários	-2,7	-2,9	-3,3	-5,9	-7,5	-10,8	-11,4	0,7	-5,2
Bens de Consumo	-2,5	-8,3	-8,8	-10,3	-12,3	-10,2	-8,4	1,0	-9,4
Duráveis	-9,2	-15,7	-12,8	-18,9	-28,7	-29,1	-24,7	9,4	-18,7
Não Duráveis e Semi-Durav	-0,3	-5,8	-7,7	-7,9	-7,4	-4,8	-4,2	0,4	-6,7
Indústria Geral	-3,2	-5,9	-6,6	-9,4	-11,2	-12,4	-11,9	-0,7	-8,3

Fonte: IBGE / * Ajustado Sazonalmente

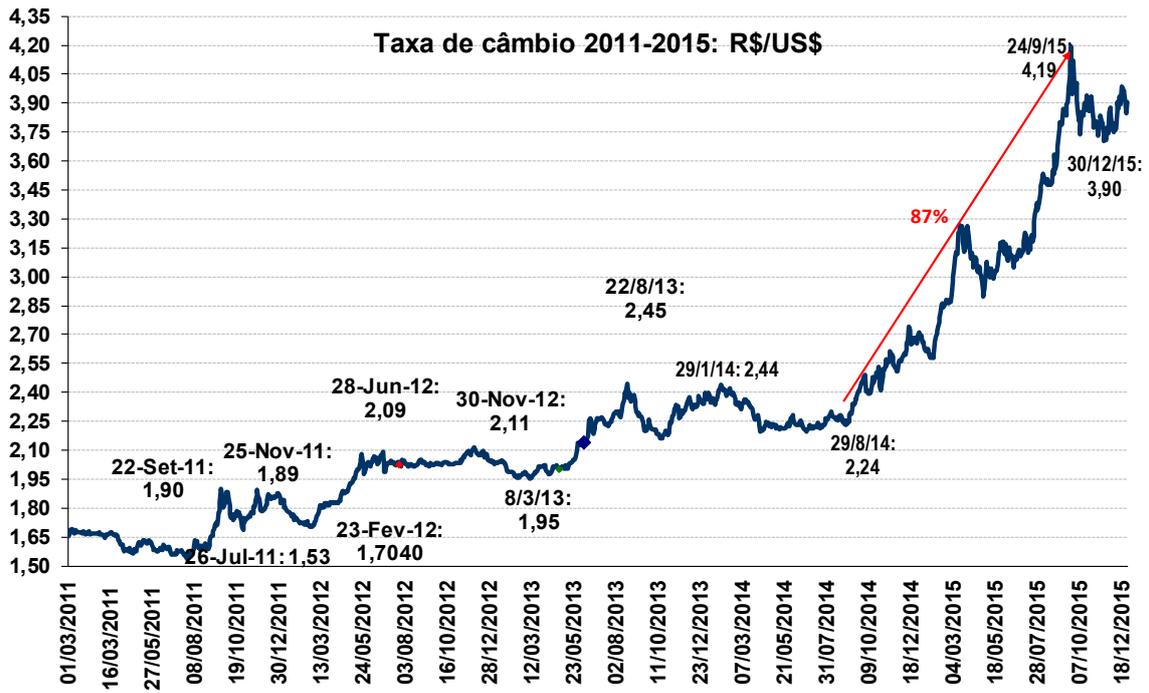
O fato que a taxa de desemprego pesquisada pelo IBGE nas seis maiores regiões metropolitanas tenha aumentado de 4,3% em dezembro de 2014 para 6,9% em dezembro de 2015 não é nem um pouco surpreendente.

Além disso, o resultado das contas fiscais se deteriorou fortemente em comparação às já combatidas contas públicas de 2014. Em 2014, o setor público registrou o primeiro déficit primário (receitas menos despesas, exceto juros da dívida pública) da série histórica: -R\$32,5 bilhões ou 0,63% do PIB. Ou seja, o total da arrecadação de receitas (já muito elevadas como proporção do PIB para uma economia emergente) não foi suficiente para pagar os gastos correntes em descontrolada ascensão e os poucos investimentos públicos. Nada sobrou para pagar nem sequer um pequeno pedaço dos juros do estoque da dívida pública. Em 2015, apesar das promessas de início de governo feitas pelo ex-Ministro da Fazenda Joaquim Levy, o déficit primário aumentou para R\$111,2 bilhões (-1,88% do PIB), uma vez que ao apagar das luzes do ano se incluiu o pagamento das chamadas “pedalas fiscais”.



Inflação de dois dígitos, déficit público em ascensão descontrolada e retração significativa do nível de atividade levaram o Brasil a perder o grau de investimento pela primeira agência de rating internacional que o havia outorgado no primeiro semestre de 2008. Em 9 de setembro de 2015, a agência Standard & Poor's rebaixou o Brasil para o primeiro degrau de Grau Especulativo (BB+) e qualificou a nota com perspectiva negativa.

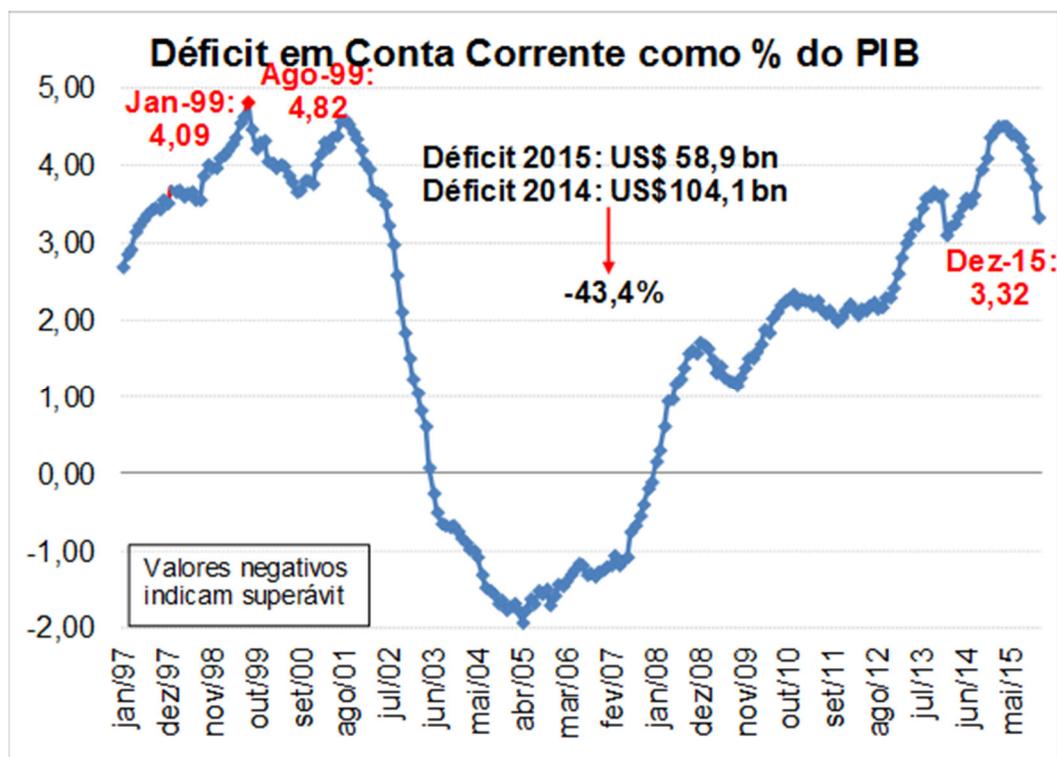
O mercado financeiro refletiu a rápida deterioração do quadro econômico e político brasileiro, com uma forte desvalorização do Real frente ao Dólar e com uma oscilação da Bolsa de Valores em patamares muito baixos comparados aos picos históricos. A taxa de câmbio fechou em R\$ 3,90 por Dólar em 2015, representando uma desvalorização de 47% em relação ao fechamento de 2014. O índice Bovespa fechou 2015 com 43.350 pontos, com queda 13,3% em relação ao fechamento de 2014.



Indice Bovespa



A única boa notícia da área econômica em 2015 foi que as contas externas começaram a reagir positivamente à desvalorização cambial e o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, que o país precisou financiar com divisas, caiu drasticamente. Com efeito, em 2014 o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos tinha sido de US\$104,1 bilhões (4,36% do PIB) e em 2015 caiu para US\$58,9 bilhões (3,32% do PIB).



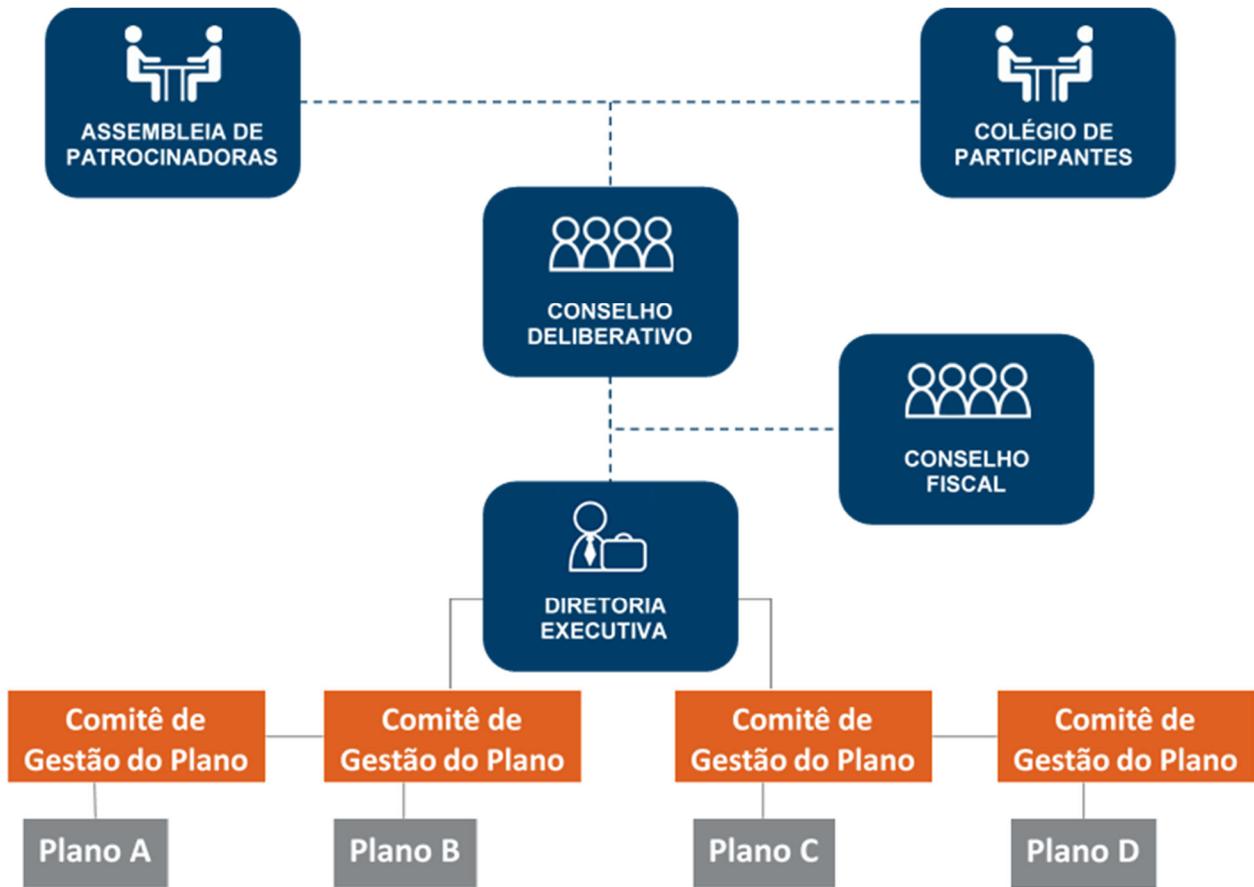
Enfim, o ano de 2015 continuou a ser caracterizado por um quadro de descontrole significativo das contas públicas, de instabilidade macroeconômica e de estagnação econômica, agravado por uma crise política bastante séria. Ainda existe muita incerteza quanto à capacidade que o governo terá de reverter o dano dos últimos anos em um horizonte relativamente curto. 2016 já não se apresenta como um ano de retomada do crescimento econômico, o que provavelmente levará a mais um ano consecutivo de queda do PIB per capita. Triste destino para uma economia emergente que se suponha que estaria entre as mais dinâmicas nas primeiras décadas do século 21. Não é que um país feito o Brasil esteja fadado ao desempenho medíocre. É que é necessário entender que a política econômica da chamada “Nova Matriz Macroeconômica”, criada pelo atual Ministro da Fazenda Nelson Barbosa no começo da administração anterior, simplesmente falhou totalmente no atingimento de objetivos minimamente louváveis de desempenho econômico. O País empobreceu nesses últimos anos. O PIB per capita do Brasil em 2011 equivalia a US\$13.238 e em 2015 caiu para US\$8.646 (uma queda de 35% em Dólares ao longo de quatro anos).

(Panorama Econômico realizado por Victoria Werneck – Economista Chefe do Grupo Icatu Seguros)

RESULTADOS DA ENTIDADE EM 2015

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA



**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS
DA ENTIDADE**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DA ENTIDADE

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO		R\$ MIL
ATIVO	12/2015	12/2014
DISPONÍVEL	5.854	2.989
REALIZÁVEL	1.909.661	1.369.304
Gestão Previdencial	10.148	9.462
Gestão Administrativa	5.240	4.353
Investimentos	1.894.273	1.355.489
Fundos de Investimento	1.872.167	1.347.810
Empréstimos e Financiamentos	8.280	7.679
Depósitos Judiciais / Recursais	13.826	0
TOTAL DO ATIVO	1.915.515	1.372.293
PASSIVO	12/2015	12/2014
EXIGÍVEL OPERACIONAL	12.392	12.337
Gestão Previdencial	8.048	8.059
Gestão Administrativa	2.113	2.918
Investimentos	2.231	1.360
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	18.508	2.074
Gestão Previdencial	699	692
Gestão Administrativa	2.305	1.382
Investimentos	15.504	0
PATRIMÔNIO SOCIAL	1.884.615	1.357.883
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.814.698	1.294.226
Provisões Matemáticas	1.779.847	1.260.669
Benefícios Concedidos	767.236	513.425
Benefícios a Conceder	1.029.783	763.713
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-17.172	-16.469
Equilíbrio Técnico	34.851	33.557
Resultados Realizados	34.851	33.557
Superávit Técnico Acumulado	34.851	33.557
Fundos	69.917	63.657
Fundos Previdenciais	63.654	58.197
Fundos Administrativos	6.263	5.460
TOTAL DO PASSIVO	1.915.515	1.372.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADA			R\$ MIL
DESCRIÇÃO	12/2015	12/2014 (Reclassificado)	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	1.357.883	1.264.620	7
1. Adições	260.487	188.273	38
(+) Contribuições Previdenciais	77.606	62.262	25
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	172.007	118.064	46
(+) Receitas Administrativas	10.301	7.450	38
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	573	497	15
2. Destinações	-138.052	-95.010	45
(-) Benefícios	-127.970	-87.092	47
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-11	-316	(97)
(-) Despesas Administrativas	-9.148	-7.255	26
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-923	-347	166
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	122.435	93.263	31
(+/-) Provisões Matemáticas	114.881	77.867	48
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.294	3.926	(67)
(+/-) Fundos Previdenciais	5.457	11.124	(51)
(+/-) Fundos Administrativos	803	346	132
4. Operações Transitórias	404.297	0	100
(+/-) Operações Transitórias	404.297	0	100
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3+4)	1.884.615	1.357.883	39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA			R\$ MIL
DESCRIÇÃO	12/2015	12/2014 (Reclassificado)	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	5.460	5.114	7
1. Custeio da Gestão Administrativa	9.419	7.947	19
1.1. Receitas	9.419	7.947	19
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	4.751	3.731	27
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.829	3.610	6
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	54	58	(7)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	573	497	15
Outras Receitas	212	51	316
2. Despesas Administrativas	-9.147	-7.254	26
2.1. Administração Previdencial	-3.807	-3.277	16
Serviços de terceiros	-3.573	-3.277	9
Tributos	-176	0	100
Outras Despesas	-58	0	100
2.2. Administração de Investimentos	-5.202	-3.470	50
Treinamento/congressos e seminários	-88	-55	60
Viagens e estadias	0	-8	(100)
Serviços de terceiros	-4.613	-3.188	45
Despesas gerais	-135	-170	(21)
Tributos	-301	0	100
Outras despesas	-65	-49	33
2.4. Outras Despesas	-138	-507	(73)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-923	-347	166
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	-651	346	(288)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	-651	346	(288)
8. Operações Transitórias	1.454	0	100
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	6.263	5.460	15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Icatu Fundo Multipatrocinado (“IcatuFMP”), é uma entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinado, sem fins lucrativos, constituída em 1996 em conformidade com a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, sob a forma de Sociedade Civil, sendo seu funcionamento autorizado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social através da Portaria MPAS nº 3.079, de 12 de março de 1996.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direito os participantes e seus dependentes, nos termos dos regulamentos dos planos de benefícios.

Os benefícios abrangidos pelos planos de benefícios são os seguintes:

- Aposentadoria normal, antecipada, por idade, por invalidez, postergada e proporcional diferida;
- Pensão por morte e auxílio doença;
- Benefício mínimo nos casos de invalidez e morte;
- Institutos: Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido (BPD), Portabilidade e Resgate.

1.1. PLANOS E PARTICIPANTES

Na condição de entidade multipatrocinada e administradora de planos múltiplos, em 31 de dezembro de 2015 o IcatuFMP possui 39 planos ativos (2014, 37 planos ativos), distribuídos conforme a seguir:

PLANOS	TOTAL DE PARTICIPANTES						MÉDIA DE IDADE					
	ATIVOS		ASSISTIDOS		PENSIONISTAS		ATIVOS		ASSISTIDOS		PENSIONISTAS	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Acrinor	36	32	27	24	1	2	51	51	60	61	54	56
Ajinomoto	3.937	3.413	48	46	7	7	33	32	63	62	56	59
AT&T GNS	330	351	2	2	-	-	39	37	63	62	-	-
Basell	92	93	2	-	-	-	37	36	58	-	-	-
BD Multipatrocinado	13	16	118	116	25	26	55	56	63	63	62	62
BNY Mellon	14	18	3	-	-	-	48	51	59	-	-	-
CARESTREAMPREV	120	-	9	-	-	-	39	-	56	-	-	-
CD XPREV	633	569	200	199	53	47	37	35	67	67	66	68
CMSPREV	1.663	1.282	3	4	-	-	34	33	61	60	-	-
Continental	2.541	1.828	20	5	1	-	37	35	64	62	47	-
Continental Básico*	-	948	-	4	-	1	-	36	-	66	-	47
Continental Suplementar*	-	24	-	5	-	-	-	40	-	65	-	-
Conv. Adm. Telepar	-	-	1	1	-	-	-	-	61	61	-	-
Copenor	116	124	44	46	5	5	44	45	64	63	54	67
Dacarprev	71	78	1	-	-	-	43	43	58	-	-	-
Deten	218	226	86	82	4	3	43	42	60	59	43	52
FCC	222	228	49	41	4	4	42	46	62	63	61	56
GBarbosa	26.457	28.555	9	8	-	-	34	32	62	63	-	-
GPC Química	128	145	1	1	-	-	39	38	73	72	-	-
Icatu	1.164	1.148	26	25	-	-	36	35	66	67	-	-
Intelig	434	480	5	3	-	-	44	44	61	60	-	-
BD Lanxessprev	89	91	146	149	70	69	45	45	72	71	68	66
Lufthansa	123	127	45	43	5	7	43	42	70	71	70	75
Metalsa	500	526	4	2	-	-	38	35	60	64	-	-
Otis	3.174	-	31	-	-	-	40	-	65	-	-	-
Petroflex	315	376	15	15	6	4	39	38	63	64	45	44
PPG	1.152	1.154	25	24	2	2	38	37	63	63	45	44
Precin	332	384	57	56	36	30	39	37	78	79	62	67
Previkodak	177	-	407	-	42	-	44	-	62	-	61	-
Previvor CD	22	24	367	381	61	61	54	56	66	65	53	61
Riopol	2	2	-	-	-	-	44	44	-	-	-	-
Sabic	120	124	2	2	-	-	40	39	64	63	-	-
Springer	3.748	-	15	-	-	-	35	-	62	-	-	-
Starret	396	391	7	6	1	2	43	42	66	62	34	54
Suzano	2	2	-	-	-	-	55	54	-	-	-	-
PBS Tele Celular Sul	1	1	19	19	1	1	69	69	63	64	55	55
PBS Tele Nordeste Celular	12	12	30	30	1	1	51	52	64	63	47	46
Thermadyne	1	1	-	-	-	-	53	53	-	-	-	-
TIMPrev Nordeste	60	65	55	54	2	1	49	48	59	59	38	24
TIMPrev Sul	49	51	64	64	6	5	50	49	61	61	55	58
T-Systems	612	613	36	33	-	-	42	40	61	62	-	-
Total	49.076	43.502	1.979	1.490	333	278						

*Incorporação no Plano Continental

1.1.1 PLANOS ATIVOS

1. Plano Acrinor de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0028-56, patrocinado por Acrinor – Acrilonitrila do Nordeste S.A., com a transferência de gerenciamento aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC (extinta) através da Portaria nº 1.252, publicada no D.O.U de 02/07/2007;
2. Plano Ajinomoto de Previdência: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 1999.0017-29, patrocinado pela Ajinomoto do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através do Ofício nº 1.475/SPC/DETEC/CGAT de 11/10/2005;
3. Plano de Benefícios AT&T GNS: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 1999.0036-83, patrocinado por AT&T Global Network Services Brasil Ltda., com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através Portaria nº 2.573, publicada no D.O.U de 23/10/2008;

4. Plano Basell de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0021-47, patrocinado por Basell Poliolefinas Ltda., com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através da Portaria nº 1.251, publicada no D.O.U de 02/07/2007;
5. Plano de Benefício Definido Multipatrocinado: plano na modalidade de benefício definido, não contributivo e fechado para novas adesões, cadastrado no CNPB sob o nº 1988.0030-83, patrocinado por Acrinor – Acrilonitrila do Nordeste S.A., Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste, Deten Química S.A., Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. e Lanxess Elastômeros do Brasil S.A. (antiga denominação Petroflex Indústria e Comércio S.A.), com a transferência de gerenciamento do Plano aprovada pela SPC através da Portaria nº 1.302, publicada no D.O.U de 16/07/2007;
6. Plano de Benefícios BNY Mellon: plano na modalidade de benefício definido, cadastrado no CNPB sob o nº 2010.0054-65, patrocinado por BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com a transferência de gerenciamento aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC através da Portaria nº 898, publicada no D.O.U de 17/11/2010;
7. Plano de Benefícios CarestreamPrev: plano na modalidade de Contribuição Variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2013.0019-83, patrocinado por Carestream do Brasil Comércio e Serviços de Produtos Médicos Ltda., com a transferência de gerenciamento aprovada pela PREVIC através da Portaria nº 488, publicada no D.O.U de 05/09/2014;
8. Plano de Aposentadoria CD XPrev: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2009.0020-83, patrocinado por Lanxess Indústria de Produtos Químicos e Plásticos Ltda. e Lanxess Elastômeros do Brasil S.A., com a constituição do Plano aprovada pela SPC através da Portaria nº 2.996, publicada no D.O.U de 12/08/2009;
9. Plano de Benefícios CMSPREV: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2005.0036-38, patrocinado pela Companhia Luz e Força de Mococa, Companhia Jaguarí de Energia, Companhia Leste Paulista de Energia, Companhia Sul Paulista de Energia e CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A., com o funcionamento autorizado pela SPC através da Portaria nº 214, publicada no D.O.U de 08/08/2005;
10. Plano de Aposentadoria Previ-Continental: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2009.0035-19, patrocinado por Continental Indústria e Comércio de Peças de Reposição Automotivas Ltda., Continental Brasil Indústria Automotiva Ltda., Continental Indústria e Comércio Automotivos Ltda., Continental Automotive do Brasil Ltda. e Continental do Brasil Produtos Automotivos Ltda., com a constituição do Plano aprovada pela SPC através da Portaria nº 3.264, republicada no D.O.U de 31/12/2009 em decorrência da não inclusão da Patrocinadora Continental Brasil Indústria Automotiva Ltda.;
11. Plano de Benefícios Convênio de Administração Telepar Celular: plano na modalidade de benefício definido, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0001-18, patrocinado pela Tim Celular S.A, com a transferência de gerenciamento do Plano para a Entidade aprovada pela PREVIC por meio da Portaria nº 79, publicada no D.O.U de 22/02/2013;
12. Plano Copenor de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0020-74, patrocinado por Copenor Companhia Petroquímica do Nordeste, com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através da Portaria nº 1.110, publicada no D.O.U de 21/05/2007;

13. Plano de Benefícios Dacarprev: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2007.0038-56, patrocinado por Dacar Química do Brasil S/A., com a constituição do Plano aprovada pela SPC através da Portaria nº 1.966 publicada no D.O.U de 21/12/2007;
14. Plano Deten de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0026-11, patrocinado por Deten Química S/A., com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através da Portaria nº 1.254, publicada no D.O.U de 02/07/2007;
15. Plano Fábrica Carioca de Catalisadores de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0027-83, patrocinado por Fábrica Carioca de Catalisadores S.A., com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através da Portaria nº 1.253, publicada no D.O.U de 02/07/2007;
16. Plano de Benefícios GBarbosa: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0035-11, patrocinado por Cencosud Brasil Comercial Ltda. (atual denominação social da GBarbosa Comercial Ltda.), com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através do Ofício nº 2.388/SPC/DETEC/CAT de 30/06/2006;
17. Plano GPC Química de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0044-92, patrocinado por Meta Administração e Serviços S/C e GPC Química S.A., com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através da Portaria nº 1.115, publicada no D.O.U de 22/05/2007;
18. Plano de Benefícios do Grupo Icatu Seguros: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2005.0029-92, com a constituição do Plano aprovada pela SPC através da Portaria nº 212 de 03/08/2005. Suas patrocinadoras são: Clube de Seguros Icatu, Icatu Capitalização S.A., Icatu Seguros S.A., Icatu Serviços de Administração Previdenciária Ltda. e Icatu Vanguarda Administração de Recursos Ltda. A alteração da denominação social do Plano de “Plano de Benefícios CD do Grupo Icatu Seguros” para “Plano de Benefícios do Grupo Icatu Seguros”, está aprovada pela PREVIC através da portaria nº 219, publicada no D.O.U de 03/05/2012;
19. Plano de Aposentadoria da Intelig Telecomunicações Ltda.: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0051-11, patrocinado pela Intelig Telecomunicações Ltda., com a transferência de gerenciamento do Plano de Aposentadoria aprovada pela PREVIC por meio da Portaria nº 83, publicada no D.O.U de 22/02/2013;
20. Plano de Benefícios BD Lanxessprev: plano na modalidade de benefício definido, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0064-11, patrocinado por Lanxess Indústria de Produtos Químicos e Plásticos Ltda., com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através da Portaria nº 3190, publicada no D.O.U de 25/11/2009;
21. Lufthansa Plano de Aposentadoria: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 1989.0012-38, patrocinado pela Lufthansa Systems Aktiengesellschaft, Deutsche Lufthansa A.G. e Lufthansa Cargo A.G., com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através do Ofício nº 1.788/SPC/DETEC/CGAT de 30/05/2006;
22. Plano de Aposentadoria Metalsa: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2012.0003-47, patrocinado pela Metalsa Brasil Indústria e Comércio de Autopeças Ltda., Metalsa Centro de Serviços de Consultoria e Assistência

Técnica de Autopeças Ltda. e Metalsa Campo Largo Indústria e Comércio de Chassis Ltda.. A aprovação da cisão com transferência da parte cindida do Plano da DANAPREV-Sociedade de Previdência Complementar para esta Entidade está aprovada pela PREVIC através da Portaria nº 36, publicada no D.O.U de 31/01/2012;

23. Plano de Benefícios Otis: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0030-11, patrocinado pelo Hamilton Sundstrand Aerospace do Brasil Ltda., Elevadores Otis Ltda., Pratt & Whitney Canadá Do Brasil Ltda., e Seral Otis Indústria Metalúrgica Ltda., com a transferência de gerenciamento aprovada pela PREVIC através da Portaria nº 555, publicada no D.O.U de 15/10/2014;
24. Plano Petroflex de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0024-65, patrocinado por Lanxess Elastômeros do Brasil S.A. (antiga denominação Petroflex Indústria e Comércio S.A.), com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através da Portaria nº 1.109, publicada no D.O.U de 21/05/2007;
25. Plano de Benefícios da PPG: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 1999.0016-56, patrocinado pela PPG Industrial do Brasil – Tintas e Vernizes Ltda., com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC por meio do Ofício nº 1.476/SPC/DETEC/CGAT de 11/10/2005;
26. Precin - Plano de Previdência Complementar Industrial: plano na modalidade de benefício definido, cadastrado no CNPB sob o nº 1988.0005-56, que tem como patrocinadoras: FIEC - Federação das Indústrias do Estado do Ceará, Instituto Euvaldo Lodi - Núcleo Regional do Ceará, SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Departamento do Ceará e SESI - Serviço Social da Indústria Departamento Regional do Ceará. A aprovação de transferência de gerenciamento do Plano para a Entidade ocorreu por meio do Ofício nº 669/2005/GAB/SPC, de 16/03/2005;
27. Plano de Benefícios PreviKodak: plano na modalidade de contribuição variável cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0022-11, patrocinado pela Kodak Brasileira Comércio de Produtos para Imagem e Serviços Ltda., Kodak da Amazônia Indústria e Comércio Ltda., e PreviKodak Sociedade Previdenciária com a transferência de gerenciamento aprovada pela PREVIC através da Portaria nº 429, publicada no D.O.U de 14/08/2014;
28. Plano Previnor de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0022-11, patrocinado pela Previnor Associação de Previdência Privada, com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC por meio da Portaria nº 1.327, publicada no D.O.U de 30/07/2007;
29. Plano de Benefícios Sabic-Prev: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2008.0032-56, patrocinado por Sabic Innovative Plastics South America – Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., com a transferência de gerenciamento da parte cindida da patrocinadora Sabic para a Entidade aprovada pela SPC por meio da Portaria nº 2.580, publicada no D.O.U de 30/10/2008;
30. Plano de Benefícios Springer : plano na modalidade de contribuição variável cadastrado no CNPB sob o nº 1999.0010-11, patrocinado pela Springer Carrier Ltda., Climazon Industrial Ltda., Carrier Refrigeração Brasil Ltda., Kidde Brasil Ltda., Climate, Controls & Security do Brasil Ltda. e UTCPREV – Fundo Múltiplo de Previdência Privada com a transferência de gerenciamento aprovada pela PREVIC através da Portaria nº 556, publicada no D.O.U de 15/10/2014; Registramos que em 28/10/2015 a UTCPREV Fundo Múltiplo de Previdência Privada solicitou a rescisão do Convênio de Adesão e retirada de patrocínio como patrocinadora do Plano de Benefícios Springer. Em 04/12/2015, por

meio do Ofício nº 3292 foi disponibilizado o Despacho nº 389 em que a PREVIC autoriza o processo da retirada.

31. Plano Starrett de Benefícios: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2001.0020-92, patrocinado pela Starrett Indústria e Comércio Ltda., com a transferência de gerenciamento do Plano aprovada pelo Ofício nº 1.787/SPC/DETEC/CGAT, de 30/05/2006;
32. Plano de Benefícios da Tele Celular Sul: plano na modalidade de benefício definido, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0010-92, patrocinado pela Tim Celular S.A. e Tim Participações S.A., com a transferência de gerenciamento do Plano aprovada pela PREVIC por meio da Portaria nº 82, e publicada no D.O.U de 22/02/2013;
33. Plano de Benefícios Tele Nordeste Celular: plano na modalidade de benefício definido, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0012-38, patrocinado pela Tim Celular S.A. e Tim Participações S.A., com a transferência de gerenciamento do Plano aprovada pela PREVIC por meio da Portaria nº 78, e publicada no D.O.U de 22/02/2013;
34. Plano de Benefícios TIMPrev Nordeste: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2002.0020-29, patrocinado pela Tim Celular S.A. e Tim Participações S.A., com a transferência de gerenciamento do Plano aprovada pela PREVIC por meio da Portaria nº 80, e publicada no D.O.U de 22/02/2013;
35. Plano de Benefícios TIMPrev Sul: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2002.0021-18, patrocinado pela Tim Celular S.A. e Tim Participações S.A., com a transferência de gerenciamento do Plano aprovada pela PREVIC por meio da Portaria nº 81, e publicada no D.O.U de 22/02/2013;
36. Plano de Aposentadoria T-Systems: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2007.0011-11, patrocinado pela T-Systems do Brasil Ltda. O processo de cisão com transferência entre Entidades Fechadas de Previdência Complementar está aprovado pela SPC através da Portaria nº 1.160 e publicada no D.O.U de 04/06/2007;

1.1.2. PLANOS ATIVOS – Em processo de Retirada de Patrocínio

1. Plano Rio Polímeros de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2003.0017-19, patrocinado por Rio Polímeros S.A., com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através da Portaria nº 1.136, publicada no D.O.U de 22/05/2007. Aprovada a retirada de patrocínio conforme Despacho do Diretor nº 37, publicado no D.O.U de 20/09/2011.
2. Plano Suzano de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0025-38, patrocinado por Braskem Petroquímica S.A. (atual denominação social de Quattor Petroquímica S.A.), com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através da Portaria nº 1.338, publicada no D.O.U de 01/08/2007. Aprovada retirada de patrocínio conforme Portaria nº 596, publicada no D.O.U de 14/10/2011.
3. Plano de Benefícios Thermadyne Victor: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 1998.0004-19, patrocinado por Thermadyne Victor, com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC através do Ofício nº 1.474/SPC/DETEC/CGAT de 11 de outubro de 2005. Aprovada a retirada de patrocínio total conforme Despacho da Diretora nº 35, publicado no D.O.U de 24/12/2008;

4. Aprovada retirada parcial de patrocínio da Patrocinadora Braskem Petroquímica S.A. (atual denominação de Quattor Petroquímica S.A.), do Plano de Benefício Definido Multipatrocinado, conforme Portaria nº 685, publicada no D.O.U de 15/12/2011.
5. Aprovada retirada parcial de patrocínio da Patrocinadora Braskem S/A (incorporadora da Politeño Indústria e Comércio S/A), do Plano de Benefício Definido Multipatrocinado, conforme Despacho do Diretor nº 02, publicado no D.O.U de 04/02/2010.

1.1.3. PLANOS ENCERRADOS

1. Plano Prosper de Contribuição Definida – plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2005.0028-11, patrocinado por Banco Prosper S.A., Prosper Gestão de Recursos Ltda., Prosper S.A. Corretora de Valores e Câmbio e Prosper Aplicação Corretora de Mercadorias & Futuros Ltda..Com a transferência de gerenciamento aprovada pela SPC por meio da Portaria nº 1.137, publicada no D.O.U de 23/05/2007. Aprovada a retirada de Patrocínio conforme Despacho do Diretor nº38 publicado no D.O.U de 29/09/2011. O Plano Prosper de Contribuição Definida foi encerrado conforme Portaria nº 61, publicada no D.O.U. de 15/06/2014.
2. Plano de Benefícios Merial: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 1998.0003-38, patrocinado pela Merial Saúde Animal Ltda.. A transferência do Plano para esta Entidade foi aprovada pela SPC por meio do Ofício nº 1.526/SPC/DETEC/CGAT de 18/10/2005. Em 22/02/2013 através da Portaria nº 84, aprovada a incorporação do plano de Benefícios Merial pelo Plano de Aposentadoria Sanofi administrado pela Entidade PLANEJAR – Sociedade de Previdência Complementar. O Plano de Benefícios Merial foi encerrado conforme Portaria nº 8, publicada no D.O.U. de 10/01/2014

1.2. OUTRAS MOVIMENTAÇÕES NOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

1.2.1 Convenio de Adesão

Em relação ao Plano de Aposentadoria Metalsa, a PREVIC aprovou a adesão da Patrocinadora Metalsa Centro de Serviços de Consultoria e Assistência de Autopeças Ltda., por meio da Portaria nº 303 publicada no D.O.U de 23/06/2014. No mesmo ano, a autarquia aprovou a adesão da Patrocinadora Metalsa Campo Largo Indústria e Comércio de Chassis Ltda. por meio da Portaria nº 667, publicada no D.O.U de 01/12/2014;

1.2.2 INCORPORAÇÃO DE PLANOS

Em 30/10/2014 foi publicada no D.O.U, a Portaria nº 574 com a aprovação do processo de incorporação do Plano de Aposentadoria Básico Previ-Continental e do Plano de Aposentadoria Suplementar Previ-Continental pelo Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida Previ-Continental, que passou a ser denominado Plano de Aposentadoria Previ-Continental.

1.2.3 TRANSFERÊNCIA DE GERENCIAMENTO

A PREVIC aprovou pela Portaria nº 488, publicada no D.O.U de 05/09/2014 a transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios CarestreamPrev da PREVIKODAK

- Sociedade Previdenciária para o Icatu Fundo Multipatrocinado, as alterações propostas para o Regulamento do Plano, o Termo de Rescisão de Convênio de Adesão e Transferência de Gerenciamento do Plano de Benefícios e o Convênio de Adesão celebrado entre a Entidade e a Carestream do Brasil Comércio e Serviços de Produtos Médicos Ltda.;

A PREVIC aprovou pela Portaria nº 429, publicada no D.O.U de 14/08/2014 a transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios PreviKodak da PREVIKODAK - Sociedade Previdenciária para o Icatu Fundo Multipatrocinado, as alterações propostas para o Regulamento do Plano, o Termo de Rescisão de Convênio de Adesão e Transferência de Gerenciamento do Plano de Benefícios PreviKodak e o Convênio de Adesão celebrado entre a Entidade e as empresas Kodak Brasileira Comércio de Produtos para Imagem e Serviços Ltda. e Kodak da Amazônia Indústria e Comércio Ltda.;

A PREVIC aprovou pela Portaria nº 555, publicada no D.O.U de 15/10/2014 a transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios Otis da UTCPREV – Fundo Múltiplo de Previdência Privada, as alterações propostas para o Regulamento do Plano, o Termo de Rescisão de Convênio de Adesão e Transferência de Gerenciamento do Plano de Benefícios e o Convênio de Adesão celebrado entre a Entidade e as empresas Elevadores Otis Ltda., Pratt & Whitney Canadá do Brasil Ltda., Hamilton Sundstrand Aerospace do Brasil Ltda. e Seral Otis Indústria Metalúrgica Ltda.; e

A PREVIC aprovou pela Portaria nº 556, publicada no D.O.U de 15/10/2014 a transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios Springer da UTCPREV – Fundo Múltiplo de Previdência Privada, as alterações propostas para o Regulamento do Plano, o Termo de Rescisão de Convênio de Adesão e Transferência de Gerenciamento do Plano de Benefícios e o Convênio de Adesão celebrado entre a Entidade e as empresas Springer Carrier Ltda., Climazon Industrial Ltda., Carrier Refrigeração Brasil Ltda., Kidde Brasil Ltda., Climate, Controls & Security do Brasil Ltda. e UTCPREV – Fundo Múltiplo de Previdência Privada.

1.2.4 RETIRADA DE PATROCÍNIO

Em 17/07/2014 a Cencosud Brasil Comercial Ltda. solicitou a retirada de patrocínio do Plano de Benefícios G. Barbosa. Em 13/01/2016, foi publicada no D.O. U a aprovação da retirada de patrocínio da empresa Cencosud Brasil Comercial Ltda. do Plano de Benefícios G. Barbosa e o 2º Termo aditivo e Consolidação do termo de Retirada Total de Patrocínio firmado em 23/10/2015.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidade do Icatu Fundo Multipatrocinado (“Icatu FMP”), representando o conjunto dos planos mantidos por suas patrocinadoras, e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC (extinto), pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC que sucedeu a CGPC, pela SPC, e pela PREVIC, que sucedeu a SPC. As autarquias extintas aqui mencionadas possuem Normas que permanecem em vigor.

A Resolução vigente que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar é a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução MTPS/PREVIC Nº 25, de 17 de dezembro de 2015, e de

acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil e em observância à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001.

Os registros contábeis são efetuados em duas gestões distintas: Previdencial e Administrativa e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às duas gestões, segundo a natureza e a finalidade das transações.

A legislação supracitada prevê a apresentação dos seguintes demonstrativos contábeis:

- I - Balanço Patrimonial - Consolidado;
- II - Demonstração da Mutações do Patrimônio Social (DMPS) - Consolidada;
- III - Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL);
- IV - Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL);
- V - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) - Consolidada;
- VI - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios (DPGA) - Facultativa;
- VII - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT).

Considerando que a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) por Plano de Benefícios é facultativa, a administração do ICATUFMP decidiu pela não apresentação desta informação.

A autorização para a conclusão dessas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria Executiva da entidade em 04/05/2016, e por seu Conselho Deliberativo em 06/05/2016.

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade IcatuFMP.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo IcatuFMP são apresentadas a seguir:

3.1 SEGREGAÇÃO DOS REGISTROS CONTÁBEIS

Os registros contábeis são segregados por planos de benefícios, observados os seguintes critérios:

- Os planos de benefícios são criados e mantidos para atender aos empregados, assistidos e pensionistas de cada uma das patrocinadoras, de acordo com seus respectivos regulamentos;
- Os planos de benefícios não respondem solidariamente entre si, observada a legislação vigente; e
- O custeio de cada plano de benefício é independente e o Patrimônio Social é controlado separadamente.

3.2. REALIZÁVEL

Registra os direitos a receber dos Planos de Benefícios, incluindo as contribuições previdenciais das patrocinadoras e participantes para constituição das provisões matemáticas apuradas mensalmente e os bens e direitos a receber de origem administrativa necessários à gestão dos planos de benefícios.

3.3. INVESTIMENTOS

3.3.1. FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Considerando as disposições das Resoluções do CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da Entidade na data de aquisição, atendendo aos seguintes critérios:

(I) Títulos para negociação – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição. Estes títulos são avaliados ao valor justo por meio de resultado e seus efeitos reconhecidos em conta específica;

(II) Títulos mantidos até o vencimento – quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título. Estes títulos são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, até a data do balanço.

3.3.2. OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

As operações com participantes referem-se a empréstimos financeiros e seus saldos são apresentados pelo valor líquido composto do principal acrescido mensalmente dos juros e reduzidos pela provisão das parcelas com atraso de recebimento superiores a 61 dias.

3.3.3. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para direitos creditórios de liquidação duvidosa é constituída em conformidade aos critérios definidos no item 11 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009. As provisões são contabilizadas em conta de resultado dos investimentos do plano, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento no ativo.

3.4. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Registra as obrigações decorrentes de direitos a benefícios pelos participantes, prestação de serviços de terceiros, obrigações fiscais, repasses a terceiros, sendo acrescidos, quando aplicável, das correspondentes variações monetárias incorridas. Todos os registros são realizados respeitando as origens e finalidades quanto à classificação da gestão seja esta previdencial, administrativa ou investimentos.

3.5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Registra a constituição de provisão para processos ajuizados com probabilidade de perda provável, relacionados aos processos administrativos ou judiciais, tendo como base a avaliação dos consultores jurídicos e a gestão que originou a contingência seja esta previdencial, administrativa ou investimentos, em conformidade à planificação contábil vigente. As ações com probabilidade de perda possível são divulgadas nas notas explicativas.

3.6. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social dos planos de benefícios é constituído para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

3.6.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Os planos de benefícios administrados pelo IcatuFMP adotam regimes financeiros, métodos de financiamento, premissas atuariais e atualização de reservas individuais (quotizadas) em consonância com a legislação vigente, modalidade do plano e

adequados ao perfil da massa de participantes e assistidos, guardando relação direta com as obrigações e compromissos assumidos pelos planos de benefícios. Tanto os regimes financeiros quanto os métodos de financiamento estão dispostos nos regulamentos, pareceres e notas técnicas atuariais dos planos de benefícios.

Em conformidade com esses regimes e métodos, as provisões matemáticas registram:

- Nas reservas de Contribuição Definida: a acumulação efetiva dos saldos individualizados e atualizados pela rentabilidade líquida apurada do plano; e
- Nas reservas de Benefício Definido: o custo, calculado atuarialmente, dos benefícios a serem pagos aos participantes e/ou assistidos, deduzidos do fluxo de contribuições futuras dos mesmos.

3.6.1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Correspondem ao valor presente de todos os benefícios da Entidade para com os atuais aposentados e pensionistas dos planos de benefícios, líquido das contribuições futuras, quando existirem.

3.6.1.2. BENEFÍCIOS A CONCEDER

Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros (ainda não concedidos) dos participantes ativos que não adquiriram o direito a aposentadorias ou pensões, líquido das contribuições futuras, quando existirem.

3.6.1.3. PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR

Correspondem às parcelas a serem integralizadas ao Patrimônio para Cobertura dos Planos, decorrente de “Serviço Passado” e “Déficit Equacionado”, representando o valor atual das contribuições futuras a serem efetuadas por patrocinadora, participantes e assistidos dos planos de benefícios, conforme determinado em Plano de Custeio.

3.6.2. EQUILÍBRIO TÉCNICO

A apuração do resultado do plano de benefícios é realizada com base no levantamento de suas demonstrações contábeis e de sua avaliação atuarial, ao final de cada exercício visando o equilíbrio de forma que o valor dos bens e direitos seja igual ao das obrigações.

A destinação e utilização do superávit e o equacionamento do déficit ocorrem em conformidade à Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, e respectivas alterações pelas Resoluções CNPC nº 14, de 24 de fevereiro de 2014 e CNPC Nº 22 de 25 de novembro de 2015.

3.6.2.1. SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO

É constituído pelo excedente patrimonial em relação aos compromissos totais do plano. Desse excedente, o valor correspondente até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total das provisões matemáticas ou até o limite calculado com base na duração do passivo do plano, o que for menor, é destinado à reserva de contingência, classificada em subgrupo do superávit técnico, e o restante, se houver, deve ser destinado ao subgrupo reservas especial para revisão do plano.

3.6.2.2. DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO

Corresponde a insuficiência de recursos para cobertura dos compromissos do plano de benefícios. Registra a diferença negativa entre os bens e direitos (ativos) e as obrigações (passivos) apuradas ao final do exercício, o qual deverá ser analisado anualmente durante a avaliação atuarial para promover um plano de ação ao seu equacionamento mediante a revisão do plano

3.6.3. FUNDOS

3.6.3.1. FUNDOS PREVIDENCIAIS

3.6.3.1.1. REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR

Reversão de Contribuição – é constituída pelos saldos de conta da patrocinadora referente aos participantes que se desligaram da patrocinadora e do plano sem direito ao resgate do total ou parcial das contribuições efetuadas pela patrocinadora. Sua utilização é definida no regulamento do plano e está descrita no respectivo parecer atuarial.

Participantes Cancelados - É efetuada a partir do cancelamento da adesão ao plano de benefícios. Sua reversão se dará na data do término do vínculo empregatício.

Participantes Desligados – Ocorre quando o participante ativo se desliga da patrocinadora por qualquer motivo e que ainda não optou por nenhum instituto. A reversão se dará pela escolha de um dos institutos.

3.6.3.1.2. REVISÃO DE PLANO

Os recursos excedentes no superávit técnico do plano registrados na Reserva Especial para Revisão do Plano por 03 (três) anos consecutivos, o qual a patrocinadora efetuará estudo para definição da distribuição, destinação e utilização deste fundo, nos termos da legislação vigente e aprovação do órgão regulador.

3.6.3.1.3. OUTROS – PREVISTOS EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL

Registrar a constituição de fundos previstos em Nota Técnica Atuarial, não relacionados nas contas anteriores. Em 2015 e 2014 tem-se nesta classificação: o Fundo de Benefício de Risco; o Fundo de Retirada de Patrocínio e o Fundo de Revisão do plano - autopatrocinados, conforme demonstrativo apresentado no item 12.

3.6.3.2 ADMINISTRATIVOS

Fundos São constituídos pelas sobras financeiras das contribuições destinadas ao custeio das despesas administrativas, e no caso de reversão refletem a existência de despesas maiores que as receitas.

3.7. RESULTADO DAS OPERAÇÕES

O resultado é apurado pelo regime de competência, excetuando-se as contribuições de autopatrocinados, que são registrados no momento da contribuição efetiva.

As operações administrativas são registradas de forma exclusiva e isolada dos demais fluxos da Entidade, no então denominado “Plano de Gestão Administrativa”.

3.8. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08/2011, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

De acordo com o Regulamento do PGA da Entidade, as fontes de custeio de cada plano de benefícios gerido pelo IcatuFMP são homologadas pela Diretoria Executiva, incluídas no orçamento anual e constantes do plano anual de custeio definido atuarialmente.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdenciais e investimentos), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

3.8.1 CRITÉRIO DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS - COMUNS

A Resolução CGPC nº 14/2004 que em seu art. 3º estabelece que cada plano de benefícios possui independência patrimonial em relação aos demais planos de benefícios, bem como identidade própria quanto aos aspectos regulamentares, cadastrais, atuariais, contábeis e de investimentos.

As despesas específicas de cada plano de benefícios, não se convertem em objeto de critério de rateio entre os planos, e são custeadas pelo plano a que se referir. As despesas comuns, ou seja, aquelas a que se referem a mais de um plano de benefícios são rateadas observando o critério de rateio aprovado pela Diretoria Executiva da entidade.

3.9. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

3.9.1 IMPOSTO DE RENDA

3.9.1.1 - IRRF APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Desde 1º de janeiro de 2005, de acordo com o artigo 5º da Lei nº 11.053, ficam dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidades de previdência complementar.

3.9.1.2 - IRPJ e CSLL

De acordo com o artigo 17 da IN SRF Nº 588/2005, as entidades fechadas de previdência complementar estão isentas do imposto sobre a renda devido pela pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido.

3.9.2. PIS e COFINS

Calculados às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitados aos rendimentos das aplicações, proporcionados

pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

3.10. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as contingências, as provisões matemáticas, reservas e os fundos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa essas estimativas e suas premissas periodicamente.

4. GESTÃO DE RISCO

O processo de avaliação de riscos se baseia em identificar e considerar as implicações e relevância dos riscos envolvidos no âmbito da Entidade, ou seja, nos seus negócios e nos processos que lhes dão suporte. A Entidade considera, da dimensão e complexidade de suas operações, fatores externos e internos que possam afetar o cumprimento adequado dos seus objetivos.

4.1. RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perda decorrente do não recebimento de um crédito, ou o recebimento de valor menor do que o pactuado, devido à incapacidade de pagamento de uma contraparte, seja ela o emissor de um título de crédito privado, público ou até mesmo algum participante que não pague uma parcela do empréstimo concedido pelos Planos que possuem alocação neste segmento. De forma bastante simples, é possível relacionar risco de crédito à inadimplência.

Diante da falta de modelos estatísticos consagrados e ajustados para o mercado brasileiro, utilizamos os ratings divulgados pelas agências especializadas neste assunto para avaliar o risco de crédito dos investimentos.

Para os limites deste risco, considera-se o risco de um título da dívida pública mobiliária federal como baixo risco de crédito.

Em relação às operações com participantes, é efetuado o acompanhamento periódico do nível de inadimplência das carteiras, sendo realizadas cobranças dos valores em aberto como forma de mitigar o risco de crédito da carteira.

4.2 RISCO DE MERCADO

Entende-se como risco de mercado o risco de perdas em decorrência de oscilações nos preços dos ativos causados, majoritariamente, por mudanças de variáveis econômicas e financeiras, como taxa de juros, taxas de câmbio, preço das ações e de commodities. Em outras palavras, o risco de mercado manifesta-se quando o valor de uma carteira oscila em função de variações ocorridas nos preços dos ativos financeiros.

4.3 RISCO DE LIQUIDEZ

A exposição ao risco de liquidez se dá em duas situações. Na primeira, se relaciona com a possibilidade de não haver recursos suficientes para fazer jus a uma obrigação financeira em alguma data necessária.

Deve-se atentar ao fato de que a falta de liquidez e solvência podem coexistir, pois é possível ter ativos suficientes para pagar uma obrigação, sem a possibilidade de

transformá-lo em caixa no prazo necessário. A segunda situação está associada ao risco de se possuir ativos em montante necessário para o cumprimento de uma obrigação, contudo, ao tentar transformá-lo em caixa, o valor obtido com a sua venda pode ser inferior ao pretendido em função da conjuntura do mercado de capitais ou mesmo do volume financeiro que se pretende conseguir com a venda.

O gerenciamento do risco de liquidez é preocupação constante do IcatuFMP e, como prudência, pode ensejar a alteração do percentual de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata. Com a adoção desta política e monitoramento dos ativos ilíquidos que compõem as carteiras de investimentos dos Planos, espera-se eliminar a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar seus compromissos previdências no curto prazo.

4.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional está relacionado aos seguintes aspectos inerentes às atividades da Entidade:

- Capacidade de perfeita execução das rotinas e atividades;
- Estrutura física e tecnológica;
- Manutenção da continuidade das operações da Entidade em casos extremos, como falta de luz ou de ocorrência de incêndio;
- Aderência e respeito às normas, regras e legislação vigentes; ou
- Capacidade de evitar fraudes ou de cumprir as obrigações legais.

Este risco está relacionado à possibilidade de falha, intencional ou não, durante a execução das atividades da Entidade bem como da observância e cumprimento das regras aplicáveis.

Os procedimentos atinentes ao desenvolvimento operacional são monitorados semestralmente através da avaliação dos processos de transmissão de informações e procedimentos operacionais, objetivando a identificação de riscos intrínsecos às operações desenvolvidas pela gestão dos investimentos. Como resultado desse mapeamento, são elaborados planos de ação destinados a mitigar os riscos dessa natureza.

Adicionalmente, o administrador fiduciário contratado é responsável pelo monitoramento da aderência dos ativos integrantes das carteiras de investimento às legislações aplicáveis.

4.5. RISCO LEGAL E COMPLIANCE

É o risco de perda resultante do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, perda de reputação e má formalização de operações. Pode ser: risco de operações em desacordo com as políticas e procedimentos internos, risco de lavagem de dinheiro, riscos de contratos, riscos de fraudes, risco de descumprimento do Regulamento dos Planos de Benefícios e do Estatuto Social, risco de inadequação do provisionamento das contingências judiciais ou risco com órgãos reguladores.

As áreas Jurídica, Compliance e Governança da Entidade contribuem ativamente através da emissão de pareceres de como evitar riscos legais e de Compliance em nossas operações. Em relação ao acompanhamento e tratamento da legislação do mercado, a área de Governança é a responsável pelo acompanhamento do cumprimento das obrigações legais da Entidade por meio do Calendário de Obrigações e pela elaboração dos Planos de Ação junto às áreas para atendimento das novas legislações.

Os riscos que possam comprometer a realização dos objetivos do IcatuFMP são continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados. Os riscos são identificados por tipo de exposição e avaliados quanto à sua probabilidade de incidência e quanto ao seu impacto na Entidade. É realizada também a avaliação de eficácia dos respectivos controles.

Com o objetivo de se adequar às determinações da Resolução CGPC nº 13/2004, o IcatuFMP utiliza um sistema de avaliação de riscos e controles, sendo a ferramenta e a metodologia empregada adquiridas da empresa de consultoria Junqueira de Carvalho, Murgel & Brito - Advogados e Consultores. O mencionado sistema tem como finalidade principal identificar, classificar, medir, controlar e monitorar os riscos da Entidade, bem como servir de ferramenta para fundamentar as conclusões dos relatórios de controles internos emitidos pelo Conselho Fiscal, conforme estabelece o artigo 19 da citada norma.

A matriz de risco é dividida entre os principais macro processos da Entidade: Cumprimento de Exigências Legais ao Órgão Regulador; Administração de Documentos Legais; Administração de Órgãos Estatutários; Implantação de Novos Negócios; Comercialização; Planejar Relacionamento; Administração de Operações; Gestão de Pagamentos; Administração de Investimentos; Movimentação Contábil e Riscos Gerais. As medições dos riscos e dos controles são feitas por usuários aptos a captar os riscos inerentes e a identificar os controles preventivos associados aos citados riscos e ocorrem seguindo as orientações e critérios estipulados no Manual de Adequação dos Controles Internos da consultoria.

As matrizes de risco e controles consistem em eficazes ferramentas de monitoramento, além de serem utilizadas no assessoramento e controle de diversas áreas e órgãos estatutários tais como Compliance, Controles Internos, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, servindo igualmente como instrumento de implementação da gestão baseada em risco.

4.6. RISCO SISTÊMICO

O risco sistêmico se relaciona com a ocorrência de eventos que possam afetar um sistema como um todo, que seja ele o sistema no qual se inserem as EFPCs ou mesmo o sistema financeiro de um país. O controle deste risco, via de regra, não está ao alcance das Entidades ou agentes dos sistemas, restando a estes o acompanhamento dos marcos regulatórios aplicáveis e do comportamento das variáveis que influenciam a sua atividade.

5. GESTÃO PREVIDENCIAL - ATIVO

O Realizável da Gestão Previdencial da Entidade apresenta a seguinte composição:

Descrição	2015	2014
Patrocinadores	5.426	4.345
Contribuições do mês	3.268	3.443
Contribuições em atraso ⁽¹⁾	1.417	902
Contribuições sobre 13º Salário	741	-
Participantes	3.144	2.601
Contribuições do mês	2.571	2.601
Contribuições sobre 13º Salário	573	-
Outros realizáveis	1.312	2.384
Tributos a Recuperar	20	17
Outras Contas a Receber ⁽²⁾	1.292	2.367
Depósitos Judiciais	265	132
Total	10.148	9.462

(1) Contribuições a receber das patrocinadoras para o custeio das despesas administrativas dos planos em retirada de patrocínio, cujo atraso de recebimento está superior a 60 dias (planos: Rio polímeros; Multipatrocinado BD; Suzano e TIMPREV Nordeste).

(2) Recebimentos diversos cujas principais composições são:

R\$ 877 (2014 e 2013) referente a reembolso de despesas devido pelas patrocinadoras dos planos Timprev Sul e PBS Tele Nordeste (saldos registrados na implantação dos planos em maio/2013); R\$ 811 em 2014 referente ao repasse de custeio administrativo do plano para o PGA, cuja transferência ocorre no mês subsequente; e R\$ 191 (R\$ 642 em 2014) referente a alteração de reserva CD entre perfis e/ou patrocinadoras, cuja transferência ocorre no mês subsequente.

6. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA - ATIVO

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, que dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar, a Entidade elaborou o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

A seguir apresentamos o Realizável da Gestão Administrativa:

Descrição	2015	2014
Contas a Receber	2.839	2.885
Contribuições para Custeio	521	721
Contribuições para Custeio em atraso ^(A)	1.386	902
Outros Recursos a Receber ^(B)	932	1262
Depósitos Judiciais / Recursais	2.271	1356
Outros Realizáveis	128	112
Total	5.240	4.353

As principais variações são explicadas por:

(A) Contribuição a receber das patrocinadoras para o custeio das despesas administrativas dos planos em retirada de patrocínio, cujo atraso de recebimento está superior a 60 dias (planos: Rio polímeros - R\$ 208; Multipatrocinado BD – R\$ 96; Suzano R\$ 598; Timprev Nordeste R\$ 484). No passivo da Gestão Previdencial existe o registro deste montante, cuja transferência será realizada do Plano para o respectivo PGA quando ocorrer o recebimento do mesmo.

(B) Recebimentos diversos cujos principais componentes são: R\$ 394 (R\$ 327 em 2014), referente a valores a recuperar de pagamento de Seguro Saúde dos Assistidos pago a maior; e R\$ 371 (R\$ 819 em 2014), referente ao repasse de custeio administrativo do Plano para o PGA, com registro correspondente no passivo da Gestão Previdencial e a respectiva transferência ocorre no mês subsequente.

7. INVESTIMENTOS – ATIVO

A seguir apresentamos a distribuição dos investimentos nos exercícios de 2015 e 2014:

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS				
	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
Fundos de Investimentos	1.872.167	98,83%	1.347.810	99,43%
Renda Fixa	165.829	8,75%	13.536	1,00%
Ações	54.579	-	-	-
Multimercado	1.651.759	87,20%	1.334.274	98,43%
Empréstimos e Financiamentos	8.280	0,44%	7.679	0,57%
Empréstimos	8.861	0,47%	8.066	0,60%
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(581)	-0,03%	(387)	-0,03%
Investimentos / Depósitos Judiciais/Recursais	13.826	0,73%	-	0,00%
Dep. Judicial Investimento ^(*)	13.826	0,73%	-	0,00%
Total do Realizável dos Investimentos	1.894.273	100,00%	1.355.489	100,00%

* - Vide nota 9.3

Os valores das aplicações em fundos de investimentos foram obtidos com base nos valores das quotas divulgados pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

7.1. FUNDOS DE INVESTIMENTOS

7.1.1. FUNDOS EXCLUSIVOS E NÃO EXCLUSIVOS

A Entidade possui em sua carteira de investimentos, fundos exclusivos e não exclusivos. A segregação dos ativos da carteira entre as categorias “para negociação” e “mantido até o vencimento” está demonstrada a seguir:

FUNDOS DE INVESTIMENTO				
	2015		2014	
	Para Negociação	Até o Vencimento	Para Negociação	Até o Vencimento
Fundos de Investimento - Exclusivos				
Fundos de Renda Fixa	51.390	0	6.414	0
Fundos Multimercado	1.457.352	174.215	1.176.569	120.240
Sub-Total	1.508.742	174.215	1.182.983	120.240
Fundos de Investimento - Não Exclusivos				
Fundos de Renda Fixa	114.439	0	7.123	0
Fundos Multimercado	20.191	0	37.464	0
Fundos de Ações	54.580	0	0	0
Sub-Total	189.210	0	44.587	0
Total	1.697.952	174.215	1.227.570	120.240

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel e faixas de vencimento dos ativos constantes nos Fundos Exclusivos:

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS CLASSIFICADOS POR PRAZO DE VENCIMENTO NO EXERCÍCIO DE 2015							
	2015						Total
	Para Negociação			Até o Vencimento			
Títulos Públicos Federais	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	
LFT	133	117.908	40.795	0	0	0	158.836
LTN	15.557	1.160	0	0	0	0	16.717
NTN-B	6.968	119.119	24.983	1.085	6.393	140.507	299.055
NTN-C	0	0	5.975	0	0	26.230	32.205
Operações Compromissadas	224.277	0	0	0	0	0	224.277
Sub-Total	246.935	238.187	71.753	1085	6393	166.737	731.090
Títulos Privados	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
CCI	0	239	0	0	0	0	239
CDB	2.668	0	0	0	0	0	2.668
CRI	1.052	0	0	0	0	0	1.052
Debentures	4.057	22.438	2.782	0	0	0	29.277
LF	34.618	22.040	920	0	0	0	57.578
Sub-Total	42.395	44.717	3702	0	0	0	90.814
Outros Valores Mobiliários - Sem Vencimento							Total
Cota de Fundo não Exclusivos 2º Nivel Hierárquico							1.041.922
Derivativo - Futuro DI							4
Derivativo - Swap							6
Ações de Clas Abertas							8
A Pagar/Receber							7331
Tesouraria							992
Sub-Total							1.050.263
Total	289.330	282.904	75.455	1.085	6.393	166.737	1.872.167

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS CLASSIFICADOS POR PRAZO DE VENCIMENTO NO EXERCÍCIO DE 2014							
Títulos Públicos Federais	2014						Total
	Para Negociação			Até o Vencimento			
	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	
LFT	19.200	56.111	-	-	-	-	75.311
LTN	3.859	9.696	-	-	-	-	13.555
NTN-B	2.234	75.508	51.345	-	-	96.280	225.367
NTN-C	-	-	5.895	-	-	23.960	29.855
Operações Compromissadas	145.794	-	-	-	-	-	145.794
Sub-Total	171.087	141.315	57.240	-	-	120.240	489.881
Títulos Privados	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
CCI	105	508	43	-	-	-	656
CDB	607	2.243	-	-	-	-	2.850
CRI	-	950	-	-	-	-	950
Debentures	55	11.927	869	-	-	-	12.850
LF	7.452	12.018	-	-	-	-	19.470
Sub-Total	8.219	27.645	912	-	-	-	36.776
Outros Valores Mobiliários - Sem Vencimento							Total
Cota de Fundo não Exclusivos 2º Nível Hierárquico							760.600
ETFs							16.332
Derivativo - Futuro Dolar							22
Opção S/ bovespa							21
A Pagar/Receber							(930)
Tesouraria							520
Sub-Total							776.565
Total	179.306	168.960	58.152	-	-	120.240	1.303.223

7.1.2. TÍTULOS CLASSIFICADOS COMO “MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO”

O quadro a seguir apresenta a composição dos papéis mantidos até o vencimento registrados na carteira da Entidade, comparados com seus respectivos valores de mercado, em 31 de dezembro de 2015 e 2014

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO				
	2015		2014	
	Valor A Mercado	Valor Contábil	Valor A Mercado	Valor Contábil
NTN-B	151.353	147.985	116.912	96.280
NTN-C	28.871	26.230	28.136	23.960
Total	180.224	174.215	145.048	120.240

7.1.3. INVESTIMENTOS POR MODALIDADE DE PLANO

INVESTIMENTOS POR MODALIDADES DE PLANO								
Segmentos de Investimento	Plano de Benefício						Total	
	Contribuição Definida		Contribuição Variável		Benefício Definido		2015	2014
	2015	2014	2015	2014	2015	2014		
Renda Fixa	821.249	642.259	646.960	322.309	214.187	193.358	1.682.396	1.157.926
Renda Variável	96.796	78.016	80.337	57.275	12.519	22.481	189.652	157.772
Estruturados	119	31.120	-	-	-	993	119	32.113
Operações com Participantes	8.011	7.369	-	-	269	309	8.280	7.678
Total dos Investimentos	926.175	758.764	727.297	379.584	226.975	217.141	1.880.447	1.355.489

7.2. EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES

A carteira consolidada, líquida da provisão para crédito de liquidação duvidosa possui o montante de R\$ 8.280 (R\$ 7.678 em 2014). A Entidade mantém provisão referente a direitos creditórios de liquidação duvidosa no montante de R\$ 581 (R\$ 387 em 2014), para fazer face a eventual inadimplência na carteira de empréstimos concedidos aos participantes dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

EMPRÉSTIMOS NO EXERCÍCIO DE 2015					
Taxa	Valor (R\$ MIL)	Quantidade	Prazos		
			Até 12 Meses	24 Meses	36 Meses
Pré-Fixado	281	22	22	-	-
Pós-Fixado	8.580	647	-	71	576
Total	8.861	669	22	71	576

EMPRÉSTIMOS NO EXERCÍCIO DE 2014					
Taxa	Valor (R\$ MIL)	Quantidade	Prazos		
			Até 12 Meses	24 Meses	36 Meses
Pré-Fixado	65	20	20	-	-
Pós-Fixado	8.000	610	-	69	541
Total	8.065	630	20	69	541

8. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O Exigível Operacional representa as operações correntes dos planos administrados pela Entidade, conforme segue:

Exigível Operacional	2015	2014
Gestão Previdencial	8.048	8.059
Benefícios a Pagar	3.163	3.325
Retenções a Recolher	1.575	1.065
Outras Exigibilidades ^(A)	3.310	3.669
Gestão Administrativa	2.112	2.918
Contas a Pagar	1.917	1.872
Retenções a Recolher	59	29
Seguro Saúde a Pagar	-	77
Obrigações Tributárias	100	100
Outras Exigibilidades ^(B)	37	840
Investimentos	2.231	1.360
Empréstimos e Financiamentos	850	888
Relacionadas com o Disponível	1.382	472
Total	12.392	12.337

(A) Obrigações diversas a pagar da Gestão Previdencial cujos principais componentes são: R\$ 690 (R\$ 624 em 2014), referente a valores recebidos a maior de patrocinadoras, não apropriadas nas contas de provisões matemáticas a serem devolvidas ou compensado com contribuições futuras das respectivas patrocinadoras; e

R\$ 2.441 (R\$ 2.370 em 2014), referente ao repasse de custeio administrativo do Plano para o PGA, cujo registro existe em igual valor no ativo da Gestão Administrativa nas contas de recebimento de contribuição para custeio e outros recursos a receber. A respectiva transferência ocorre no mês subsequente. R\$ 191 (R\$ 642 em 2014), referente a alteração de reserva CD entre perfis e/ou patrocinadoras, cuja transferência ocorre no mês subsequente. Trata-se de operações transitórias e, portanto, existe o registro de igual valor no ativo, vide item 5 B.

(B) Obrigações diversas a pagar da Gestão Administrativa cuja principal composição é: R\$ 37 referente à compensação de fluxos administrativos, entre planos com perfis de investimento, cujo registro existe em igual valor no ativo da Gestão Administrativa. R\$ 837 em 2014, decorrente de transferência de recursos do plano para o PGA realizado a maior, cujo correspondente registro existe no ativo da Gestão Previdencial e a respectiva transferência ocorre no mês subsequente.

9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

As provisões contingenciais decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros em ações cíveis e por órgãos fiscalizadores e/ou reguladores em ações fiscais. Essas contingências são avaliadas por escritórios jurídicos terceirizados que representam o IcatuFMP em tais demandas, levando em consideração a probabilidade de exigência de recursos financeiros para liquidação das obrigações, sendo estimados os montantes. Os processos judiciais e suas classificações são revisados periodicamente pelo Jurídico.

9.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Com relação aos processos cíveis, cujos principais pedidos são expurgos inflacionários e revisão de benefícios, possuímos o valor atualizado de R\$2.196, (2014, R\$2.244). Atendendo as melhores práticas contábeis e conforme descrito no Pronunciamento Técnico CPC nº 25, os processos classificados com a perda provável são registrados no Exigível Contingencial do plano ao qual corresponde a ação e representam o montante de R\$699 (2014, R\$692), aqueles cuja classificação de perda é possível são objeto de menção nesta nota e corresponde ao montante de R\$947 (2014, R\$1.051). O valor histórico total dos depósitos judiciais correspondem a R\$265 (2014, R\$132).

9.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

O MS nº 00004152820114025101 tem como impetrante o IcatuFMP e visa a recuperação dos valores de PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes de administração de planos de benefícios pagos indevidamente pela Entidade, bem como o não recolhimento futuro das mencionadas contribuições, face a inconstitucionalidade do §1º do art. 3 da Lei 9.718/98. Houve a obtenção de liminar no processo em questão autorizando o depósito judicial mensal dos valores vincendos a partir de março de 2011. A sentença foi desfavorável e aguarda-se julgamento da apelação. O valor histórico total dos depósitos judiciais corresponde a R\$1.179 (2014, R\$1.153) e a probabilidade de perda é provável.

A Execução Fiscal 05031294020074025101 tem como exequente a Fazenda Nacional e como executada a Canadá Life Fundo de Pensão. Nela se executa débitos de IRPJ, PASEP, PIS e COFINS, inscritos em dívida ativa. Tendo em vista a incorporação da Canadá Life Fundo de Pensão pelo IcatuFMP, foi solicitada a substituição do polo passivo para constar o IcatuFMP como sucessora. A sentença foi desfavorável e aguarda-se julgamento da apelação. O valor histórico total dos depósitos judiciais corresponde a R\$207 (2014, R\$207) e o processo está classificado com probabilidade de perda possível.

O MS nº 00850189220154025101 tem como impetrante o IcatuFMP e visa a recuperação dos valores de PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes de administração de planos de benefícios pagos indevidamente pela Entidade, bem como o não recolhimento futuro das mencionadas contribuições, face a Lei nº12.973/14. Foi efetuado depósito judicial mensal dos valores com período de apuração a partir de janeiro de 2015. Aguardando sentença. O valor histórico total dos depósitos judiciais corresponde a R\$31 e o processo está classificado com probabilidade de perda possível.

9.3. GESTÃO INVESTIMENTOS

A ação ordinária 200234000046743 e as cautelares 200234000022477, 200334000282858, e 200234000022450 que têm como autora a Previkodak e como ré a União Federal, objetiva a declaração de inexistência de relação jurídica que obrigue a Previkodak ao pagamento de imposto de renda já que a Entidade é proibida por lei de auferir lucro, bem como a declaração de que a entidade possui imunidade desde sua criação até junho de 1999 e a inconstitucionalidade dos artigos 5º, parágrafo 1º e 8º da Medida Provisória 25/2002. Decisão desfavorável em 1ª instância. Aguardando julgamento da apelação. Antes de migrado o plano para o Icatu FMP, a Previkodak efetuou depósitos judiciais em três desses quatro processos, cujos valores estão provisionados com atualização até a data da transferência de gerenciamento para o IcatuFMP (R\$ 15.504). O valor histórico total dos depósitos judiciais corresponde a R\$13.826 e os processos estão classificados com probabilidade de perda possível e remoto.

9.4. PROBABILIDADE DE PERDA DAS CAUSAS CÍVEIS E FISCAIS

Causas Cíveis						
Probabilidade de Perda	31/12/2015			31/12/2014		
	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado
Provável ⁽¹⁾	45	1.130	699	44	1.063	692
Possível	34	947	-	31	1.051	-
Remoto	20	490	-	21	502	-
Total	99	2.567	699	96	2.616	692

Causas Fiscais - Administrativas						
Probabilidade de Perda	31/12/2015			31/12/2014		
	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado
Provável ⁽²⁾	1	2.098	2.098	1	1.149	1.149
Possível ⁽³⁾	6	1.329	207	1	218	207
Remoto	2	343	-	-	-	-
Total	9	3.770	2.305	2	1.367	1.356

Causas Fiscais - Investimentos						
Probabilidade de Perda	31/12/2015			31/12/2014		
	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado
Provável	-	14.556	15.504	-	-	-
Possível	2	605	-	-	-	-
Remoto	2	343	-	-	-	-
Total	4	15.504	15.504	-	-	-

(1) O valor provisionado difere do valor estimado do risco devido a causas coletivas/indivisíveis movidas por Sindicatos.

(2) Processo relativo ao PIS/COFINS, cujo provisionamento segue os valores a serem depositados judicialmente conforme liminar.

(3) Processo relativo à Execução Fiscal da extinta Canadá Life Fundo de Pensão, cuja provisão administrativa foi realizada em função da transferência de gerenciamento de um dos planos administrados pela Entidade.

A Entidade apresenta depósitos judiciais relacionados às causas cíveis e fiscais conforme demonstramos abaixo:

Causas	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Cíveis	5	265	132
Fiscais - Administrativo	6	2.271	1.356
Fiscais - Investimento	9.3	13.826	-
Total		16.362	1.488

10. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelos atuários de cada plano, considerando as características peculiares dos regulamentos dos planos de benefícios em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC.

As mutações das reservas matemáticas estão demonstradas como segue:

Provisão Atuarial	2015	Mutação	Transferência de Gerenciamento	2014
Provisões Matemáticas	1.779.848	121.220	397.959	1.260.669
Benefícios Concedidos	767.237	50.039	203.773	513.425
Contribuição Definida	607.108	31.590	194.579	380.939
Saldo de Contas dos Assistidos	607.108	31.590	194.579	380.939
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	160.129	18.449	9.194	132.486
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	124.161	14.276	7.350	102.535
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	35.968	4.173	1.844	29.951
Benefícios a Conceder	1.029.783	70.212	195.858	763.713
Contribuição Definida	949.998	72.719	188.014	689.265
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador (es)	434.359	37.101	99.725	297.533
Saldo Patrocinador (es) – Serviço Passado a Integralizar	837	(155)	992	-
Saldo de Contas – Parcela Participantes	514.802	35.773	87.297	391.732
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	71.697	(1.809)	7.367	66.139
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	110.138	(3.878)	11.458	102.558
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(30.180)	1.022	(4.091)	(27.111)
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(8.261)	1.047	-	(9.308)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	8.088	(698)	477	8.309
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	13.244	(893)	864	13.273
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(4.749)	75	(387)	(4.437)
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(407)	120	-	(527)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(17.172)	969	(1.672)	(16.469)
(-) Serviço Passado	(1.511)	161	(1.672)	-
(-) Patrocinador (es)	(674)	6	(680)	-
(-) Serviço Passado a constituir CD	(837)	155	(992)	-
(-) Déficit Equacionado	(15.661)	808	-	(16.469)
(-) Patrocinador (es)	(15.661)	808	-	(16.469)

De acordo com as legislações em vigor, a comprovação, por meio de estudo técnico, da adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos e do plano de benefícios de caráter previdenciário é exigida para os planos que, independentemente de sua modalidade, possuam obrigações registradas em provisão matemática de benefício definido.

Assim, as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adotadas na avaliação atuarial anual demonstraram adequação e aderência às características da massa de participantes e assistidos vinculados aos planos de benefícios, bem como à rentabilidade projetada dos recursos garantidores relacionados aos benefícios atuariais e ao fluxo de receitas e despesas, conforme seus respectivos estudos específicos:

- Estudo específico de aderência e adequação da taxa real de juros, comprovando a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamentos de benefícios. O estudo foi elaborado por consultorias externas e independentes.
- Estudo específico de aderência e adequação das demais hipóteses atuariais, comprovando a aderência dessas hipóteses em um período histórico de, no mínimo, três exercícios. O estudo foi elaborado por consultorias atuariais externas e independentes. Os referidos estudos foram elaborados em consonância com a Resolução CGPC nº 18/2006 e suas alterações, com base nos documentos apresentados pelas consultorias atuariais, aprovados pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo e acompanhados de Parecer do Conselho Fiscal.

10.1 PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR – SERVIÇO PASSADO

Com a transferência de gerenciamento dos planos Springer e Otis de benefícios ocorrida neste exercício, e em atendimento ao ofício 182/ERRS/PREVIC, foi registrado o valor total da contribuição especial de cada participante, em uma subconta do grupo de “reserva matemática à constituir de serviço passado” e em contrapartida a este registro, foi criada também uma conta em benefícios a conceder intitulada “reserva de serviço passado a integralizar”, com o objetivo de atender a solicitação e não gerar um superávit fictício nos planos. Tais contas registram mensalmente os valores das contribuições especiais recolhidos pela Patrocinadora e serão atualizados anualmente no mês de junho.

Abaixo demonstração da contabilização do processo citado acima:

Provisões matemáticas a constituir - Serviço Passado	2015	
	Plano de Benefícios Otis	Plano de Benefícios Springer
Benefícios a conceder	574	263
Contribuição definida	574	263
Provisões matemáticas a Constituir	(574)	(263)
(-) Serviço Passado	(574)	(263)

11. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Representa os resultados acumulados obtidos pela Entidade e registrados em resultados realizados.

A composição da conta resultados realizados e a respectiva movimentação no exercício está descrita a seguir:

Saldos	2015	2014
Saldo no exercício anterior	33.557	29.631
Superávit / (Déficit) no exercício	1.294	3.926
Saldo no exercício atual	34.851	33.557

12. FUNDOS

Os fundos apresentam saldos em 2015 e 2014 e são classificados conforme abaixo:

Fundos	2015	2014
Fundos Previdenciais	63.654	58.197
Fundos Administrativos	6.263	5.460
Total	69.917	63.657

As mutações estão demonstradas como segue:

Saldos	Fundos Previdenciais	Fundos Administrativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	58.197	5.460	63.657
Constituição/Reversão de fundos	5.457	803	6.260
Saldos em 31 de dezembro de 2015	63.654	6.263	69.917

Os fundos de natureza previdencial são compostos por:

Descrição	2015	2014
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	28.674	29.168
Revisão de Plano	33.146	27.637
Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial ⁽¹⁾	1.834	1.392
Total de Fundos Previdenciais	63.654	58.197

⁽¹⁾ Fundo Previdencial Benefício de Risco - R\$ 338 (em 2014, R\$ 33), Fundo de Retirada de Patrocínio - R\$ 799 (em 2014, R\$ 1.359) e Revisão do Plano - Autopatrocinados R\$ 695.

O valor de R\$ 6.752 (2014) do plano PBS Tele Celular Sul anteriormente classificado como Fundo Previdencial Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial, foi reclassificado para o Fundo Previdencial Revisão de Plano a partir de dez/14 no exercício de 2015 para adequação ao Parecer Atuarial de 2014, sendo assim houve a alteração do quadro acima nas notas explicativas de 2014.

13. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS

As operações transitórias na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício e na Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, representam a variação do ativo líquido em função das operações de incorporação, fusão, cisão e transferência de gerenciamento.

13.1 TRANSFERÊNCIA DE GERENCIAMENTO

No exercício de 2014, não houve transferência de gerenciamento. Em janeiro de 2015, ocorreram as movimentações de entrada do Plano de Benefícios CarestreamPrev (CNPB nº 2013001983) no valor de R\$ 33.372, Plano de Benefícios Otis (CNPB nº 2000003011) no valor de R\$ 75.502, Plano de Benefícios Previkodak (CNPB nº 2006000438) no valor de R\$ 235.574 e Plano de Benefícios Springer (CNPB nº 1999001011) no valor de R\$ 59.849. Os valores acima correspondem ao ativo total dos planos na data da efetiva transferência.

Para os planos acima citados, os valores referentes ao exercício de 2014 apresentam-se zerados em função da transferência de gerenciamento ter ocorrido no exercício de 2015.

13.2 MIGRAÇÃO ENTRE PLANOS, PERFIS DE INVESTIMENTO E PATROCINADORAS

As operações relativas às movimentações entre planos de benefícios, perfis de investimento e

Planos	2015		2014	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida Previ-Continental	1.605	(1.605)	1.877	(1.877)
Plano de Benefícios AT&T GNS	41.110	(41.110)	1.687	(1.687)
Plano de Benefícios Carestreamprev	3.577	(3.577)	-	-
Plano de Benefícios Previkodak	14.470	(14.470)	-	-
Plano de Aposentadoria Metalsa	1.310	(1.310)	-	-
Plano de Benefícios Timprev Sul	551	(551)	-	-
Plano de Benefícios CMSPREV	29	(29)	-	-
Plano de Aposentadoria Xprev CD	14	(14)	2	(2)
Plano de Benefícios do Grupo Icatu Seguros	810	(810)	187	(187)
Plano de Aposentadoria da Intelig Telecomunicações Ltda.	197	(197)	-	-
Total	63.673	(63.673)	3.753	(3.753)

patrocinadoras estão demonstradas como segue:

13.3 INCORPORAÇÃO

Conforme mencionado na nota 1.2.2, em 30.04.2015, procedeu-se a incorporação do Plano de Aposentadoria Básico Previ-Continental e do Plano de Aposentadoria Suplementar Previ-Continental pelo Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida Previ-Continental. O movimento desta incorporação encontra-se abaixo demonstrado:

Planos	CNPB's	Patrimônio Social antes da Incorporação	Movimentação	Patrimônio Social após Incorporação
Plano de Aposentadoria Básico Previ-Continental	2008003574	15.285	(15.285)	-
Plano de Aposentadoria Suplementar Previ-Continental	2008003647	2.487	(2.487)	-
Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida Previ-Continental	2009003519	61.550	17.772	79.322

14. PARTES RELACIONADAS

São partes relacionadas as Entidades caracterizadas em virtude da significativa participação nas operações e na administração do IcatuFMP.

Sumário das transações:

	2015		2014	
	Contas a Receber (a Pagar)	Receitas (Despesas)	Contas a Receber (a Pagar)	Receitas (Despesas)
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.	(1.917)	(6.365)	(1.871)	(5.475)
	(1.917)	(6.365)	(1.871)	(5.475)

As operações com partes relacionadas referem-se a:

- Prestação de Serviços:

A Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda. é prestadora de Serviços do IcatuFMP, cuja contraprestação financeira é liquidada mensalmente. O montante desta Despesa em 2015 foi de R\$ 6.365 (R\$ 5.475 em 2014);

A Icatu Gestão Patrimonial Ltda. e a Icatu Vanguarda Administração de Recursos Ltda., são gestores de fundos de investimentos e aqui conceituadas partes relacionadas em razão da relevante alocação de recursos (acima de 50% do Patrimônio do IcatuFMP). A contraprestação financeira desta prestação de serviços é liquidada diretamente dos fundos de investimentos através de percentuais de taxa de administração e performance, quando aplicável, cobradas pelos administradores fiduciários.

- **Influência Administrativa:**

A Icatu Seguros S/A., os membros do seu Conselho de Administração e da sua Diretoria Executiva; a Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda., e Administradores, são aqui denominados partes relacionadas independentes da existência de contraprestação financeira, em função exclusiva de suas responsabilidades junto aos órgãos de administração do IcatuFMP, conforme previsão estatutária, especialmente em relação aos membros do pessoal chave da administração, ressaltando ainda, que ambas fazem parte do mesmo grupo econômico.

15. RESULTADO DO EXERCÍCIO

O IcatuFMP tem na sua composição 39 planos, destes 16 são da modalidade de Contribuição Definida, 16 da modalidade de Contribuição Variável e 07 da modalidade de Benefício Definido, cujo resultado acumulado do exercício de 2015 foi Superavitário em R\$ 1.386, gerando um resultado técnico acumulado de 34.883, sendo composto por R\$ 22.669 de Reserva de Contingência e R\$ 12.214 de Reserva para Revisão do Plano.

No encerramento do exercício de 2015 apresentou no resultado dos investimentos líquido de R\$ 172.579, destes, R\$ 172.006 da Gestão Previdencial e R\$ 573 da Gestão Administrativa (R\$ 118.560 em 2014.), 13,01% (9,63% em 2014). O retorno acima do obtido no ano anterior foi reflexo do maior nível de taxa de juros no mercado e também da capacidade dos gestores de recursos em lidar com a porção negativa do efeito que essa elevação tem sobre os preços dos ativos. As políticas de investimentos dos Planos de benefícios também tiveram papel importante nesse contexto, pois ao mesmo tempo que limitam a exposição ao risco, orientam os gestores de recursos, alinhando os objetivos de todos os envolvidos. Há que se destacar a deterioração do cenário econômico local, agravado pelo ambiente político doméstico, que trouxeram desafios extras a todos os envolvidos, exemplificado pelo distanciamento entre o INPC e o IPCA, dois dos principais índices de inflação dentro do universo do IcatuFMP.

SERGIO EGIDIO

Diretor Superintendente

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CORRÊA

Contador

CRC/RJ: 52.009/O-5

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadores do
Icatu Fundo Multipatrocinado
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Icatu Fundo Multipatrocinado (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº8) em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do Plano de Benefícios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Icatu Fundo Multipatrocinado e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Rio de Janeiro, 06 de maio de 2016.

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/0-6 F-RJ

Fernando Antônio Rodrigues Alfredo

Contador CRC 1SP252419/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL (EXERCÍCIO 2015)

O Conselho Fiscal do Icatu Fundo Multipatrocinado, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no art. 28 do Estatuto Social, tendo examinado as Demonstrações Contábeis e o relatório da Auditoria Independente, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando, ainda, o parecer sem ressalva, expedido por KPMG Auditores Independentes, emite, por unanimidade e sem ressalvas, o presente Parecer, nos termos das discussões havidas em reunião do Conselho Fiscal realizada em 05/05/2016, a fim de opinar favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pelo Conselho Deliberativo do Icatu Fundo Multipatrocinado.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2016.

Luiz Eduardo Edelsberg

Conselheiro

Altevir Waluszko

Conselheiro

José Ricardo Uchôa Cavalcanti de Almeida

Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO (EXERCÍCIO 2015)

O Conselho Deliberativo do Icatu Fundo Multipatrocinado, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no art. 16 do Estatuto Social, examinou as Demonstrações Contábeis e Prestação de Contas da Diretoria Executiva do IcatuFMP, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, e, com base nos exames efetuados, no Parecer favorável do Conselho Fiscal, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando, ainda, o parecer sem ressalva, expedido por KPMG Auditores Independentes, aprovou, por unanimidade e sem ressalvas, as Demonstrações Contábeis e a Prestação de Contas da Diretoria Executiva do IcatuFMP, nos termos das discussões havidas em reunião do Conselho Deliberativo realizada em 06 de maio de 2016.

Rio de Janeiro, 06 de maio de 2016.

Luciana da Silva Bastos
Presidente

**RESULTADOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS
G. BARBOSA EM 2015**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS
DO PLANO**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DO PLANO

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO

DESCRIÇÃO	dez/2015	dez/2014 (Reclassificado)	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	40.598	33.247	22
1. Adições	7.063	8.027	(12)
(+) Contribuições	4.818	5.236	(8)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.245	2.791	(20)
2. Destinações	-701	-676	4
(-) Benefícios	-677	-650	4
(-) Custeio Administrativo	-24	-26	(8)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	6.362	7.351	(13)
(+/-) Provisões Matemáticas	6.470	8.922	(27)
(+/-) Fundos Previdenciais	163	-501	(133)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-271	-1.070	(75)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	46.960	40.598	16

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO

DESCRIÇÃO	R\$ MIL		
	dez/2015	dez/2014	Variação (%)
1. Ativos	46.978	40.616	16
Disponível	2	57	(96)
Recebível	568	419	36
Investimento	46.408	40.140	16
Fundos de Investimento	46.408	40.140	16
2. Obrigações	18	18	-
Operacional	18	18	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	46.960	40.598	16
Provisões Matemáticas	44.144	37.674	17
Superávit/Déficit Técnico	2.159	2.430	(11)
Fundos Previdenciais	657	494	33

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO

DESCRIÇÃO	R\$ MIL		
	Dez/2015	Dez/2014	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	46.978	40.616	16
1. Provisões Matemáticas	44.144	37.674	17
1.1. Benefício Concedidos	4.941	5.080	(3)
Contribuição Definida	4.941	5.080	(3)
1.2. Benefícios a Conceder	39.203	32.594	20
Contribuição Definida	19.799	17.789	11
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	9.493	8.598	10
Saldo de Contas - parcela participantes	10.306	9.191	12
Benefício Definido	19.404	14.805	31
2. Equilíbrio Técnico	2.159	2.430	(11)
2.1. Resultados Realizados	2.159	2.430	(11)
Superávit Técnico Acumulado	2.159	2.430	(11)
Reserva de Contingência	2.159	2.430	(11)
3. Fundos	657	494	33
3.1. Fundos Previdenciais	657	494	33
4. Exigível Operacional	18	18	-
4.1. Gestão Previdencial	18	18	-

**DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COM
INVESTIMENTOS DO PLANO**

DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COM INVESTIMENTOS DO PLANO

(R\$ Mil)	321	100,00%
Despesas Diretas	75	23,35%
Treinamentos/Congressos	2	0,62%
Administradora de Planos	24	7,47%
Consultoria de investimento	40	12,45%
PIS/COFINS	3	0,93%
TAFIC-Taxa de Fiscalização	4	1,25%
Tarifas Bancárias	1	0,31%
Outras Despesas	1	0,31%
Despesas Indiretas (Gestão Terceirizada)	246	76,65%
Taxa de Administração	234	72,98%
Auditoria Externa	3	0,87%
CVM	5	1,49%
Custódia	1	0,40%
CETIP / SELIC / CBLIC / ANBID	1	0,46%
Outras	1	0,45%

**INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL
DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO**

INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO

ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE

Não houve alteração no Estatuto Social da Entidade em 2015.

REGULAMENTO DO PLANO

Não houve alteração no Regulamento do Plano em 2015.

O Estatuto e Regulamento vigentes estão disponíveis para consulta no site www.icatuseguros.com.br, na área restrita ao Participante. Caso ainda não possua login e senha de acesso, efetue seu cadastro através do site ou, se preferir, entre em contato com a Central de Relacionamento pelo telefone 0800 285 3004 e solicite seu cadastro.

**INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE
INVESTIMENTOS**

INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Exercício
2015

Data da aprovação pelo Conselho Deliberativo
19/12/2014

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado
Sergio Egidio

Mecanismo de informação da política aos Participantes
Relatório Anual

2. CONTROLE DE RISCOS

A política de investimentos do plano de benefícios possui controles de risco de mercado, legal, liquidez, operacional, contraparte, entre outros.

2.1. RISCO DE CRÉDITO NA DIVERSIFICAÇÃO POR EMISSOR E EMISSÃO

Os investimentos em títulos privados e investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e investimentos em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIC FIDC) da carteira de baixo risco de crédito devem verificar necessariamente os seguintes limites de diversificação:

TABELA DE LIMITES **POR EMISSOR** EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA EMISSÕES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E NÃO-FINANCEIRAS

LIMITE DOS RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 10%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 6%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 3%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-

Para os títulos emitidos por empresas privadas não-financeiras, FIDCs e FIC FIDCs deverão adicionalmente serem observados os seguintes limites de participação do IcatuFMP em relação à emissão total do ativo:

TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO **VALOR TOTAL DA EMISSÃO** – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO FINANCEIRO E NÃO-FINANCEIRO

LIMITE	MOODYS	S&P	FITCH
Até 15%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 10%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 5%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-

Os investimentos em títulos privados e investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e investimentos em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIC FIDC) da carteira de alto risco de crédito devem verificar necessariamente os seguintes limites de investimento por emissor:

TABELA DE LIMITES POR EMISSOR EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO FINANCEIRO E NÃO-FINANCEIRO

EMISSOR	LIMITE DO PL DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Demais Emissores	Até 4%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

Para os títulos emitidos por empresas privadas não-financeiras, FIDCs e FIC FIDCs deverão adicionalmente serem observados os seguintes limites de participação do IcatuFMP em relação à emissão total do ativo:

TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO FINANCEIRO E NÃO-FINANCEIRO

LIMITE DOS RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO	MOODYS	S&P	FITCH
Até 2%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

Na hipótese de emissores não receberem classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, os mesmos serão considerados automaticamente como de alto risco de crédito e deverão seguir os limites acima.

3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DO PLANO

SEGMENTO	INDEXADOR DO SEGMENTO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	ALVO
Renda Fixa	CDI	50%	90%	80%
Renda Variável	IBrX	10%	30%	20%
Investimentos Estruturados	CDI	0%	10%	0%
Investimentos no Exterior	CDI	0%	10%	0%
Imóveis	INPC + 6% a.a.	0%	0%	0%
Operações com Participantes	INPC + 6% a.a.	0%	0%	0%

4. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A principal característica desta Política é o seu horizonte de longo prazo, compatível com o horizonte de investimento de um Plano de complementação de aposentadoria. Por isso, baseia-se principalmente numa estimativa de retornos reais de longo prazo para os benchmarks de cada segmento de aplicação. Com a aproximação do fim de 2014, se faz oportuno refletir sobre as perspectivas e tendências econômicas para 2015.

O mercado internacional em 2014 continuou com a melhora da economia dos EUA. O nível de desemprego continua em constante redução desde 2009 se aproximando da taxa de desemprego neutra. Ainda com taxas de juros reduzidas, economistas acreditam que em 2015 haverá o aumento dos juros e conseqüentemente saída de fluxos de capitais de países emergentes para a economia norte americana. Na Europa, apesar da criação de novos postos de trabalho ainda estar abaixo do esperado, a inflação controlada pode trazer espaço para políticas expansionistas que estimulem a economia local.

No âmbito doméstico, o ano de 2014 foi marcado pela pressão inflacionária e aumento no nível de preços livres a patamares acima do limite superior da meta de inflação. Devido às eleições presidenciais, houve aumento dos gastos públicos e alguns analistas afirmam que há desequilíbrios nas contas fiscais. Como consequência das políticas econômicas adotadas nesse ano, destaca-se a contração do nível de atividade, falta de confiança por parte dos consumidores e empresários e redução do poder de compra das famílias brasileiras.

Abaixo apresentamos as bases para as estimativas de retorno nominal das principais variáveis econômicas.

INDICADORES	2015
PIB - %	0,84%
US\$ final - R\$	2,90
IGPM - %	6,20%
IPCA - %	7,00%
SELIC Fim de Período - %	13,00%
SELIC Média - %	12,75%
Bolsa (130% SELIC Média) - %	16,58%

Fonte: Icatu Fundos de Pensão e IcatuFMP (Data base 12/2014)

O Gestor e o IcatuFMP, na execução e acompanhamento da Política de Investimentos, podem se utilizar dos cenários de curto prazo para, respectivamente, fazer suas micro-alocações (escolha de ativos específicos, como ações, títulos de renda fixa, etc.) e para a alocação tática em cada segmento (renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos e imóveis) dentro dos limites aprovados.

**RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS**

RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

O Icatu Fundo Multipatrocinado acredita que a contratação de instituições especializadas em gestão de recursos de terceiros é a melhor alternativa para a maximização da rentabilidade da carteira e a minimização de riscos inerentes ao processo de gestão.

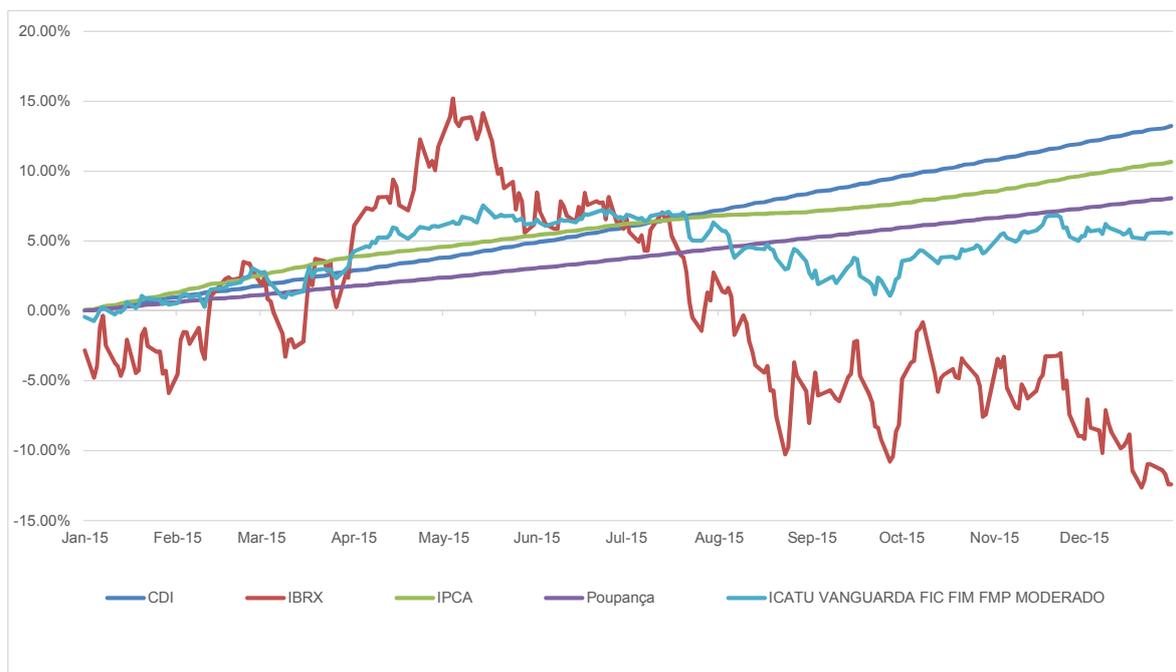
A gestão é discricionária, cabendo aos gestores o processo de escolha de ativos a serem incluídos na carteira do plano, desde que os limites e procedimentos descritos na Resolução CMN nº 3.792, de setembro de 2009, na política de investimentos do plano e na regulamentação da CVM sejam respeitados.

Na implementação da política, utiliza-se um Fundo de Investimento em Quotas (FIQ), que aplica em diversos Fundos de Investimento (FIs).

Os recursos do plano em 31/12/2015 estavam aplicados conforme quadro abaixo (valores em milhares de reais):

Plano de Benefícios Segmentos	2015		2014	
	R\$ Mil	(%)	R\$ Mil	(%)
Renda Fixa	38.808	83,62%	32.957	81,99%
Renda Variável	7.600	16,38%	7.182	17,87%
Investimentos Estruturados	-	-	-	-
Investimentos no Exterior	-	-	-	-
Imóveis	-	-	-	-
Operações com Participantes	-	-	-	-
Total dos Investimentos	46.408	100,00%	40.140	99,86%
Disponível	2	0,00%	57	0,14%
Total dos Recursos Garantidores	46.410	100,00%	40.197	100,00%

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS NO ANO



Em 2015, a rentabilidade do Plano foi de 5,39%.

GLOSSÁRIO

GLOSSÁRIO

Balanco Patrimonial: o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que tem por objetivo apresentar, de forma sintética, a posição financeira e patrimonial da Entidade. Os valores do Balanço Patrimonial estão posicionados em 31 de dezembro e são divididos em dois grandes grupos (ativo e passivo), onde o ativo representa os bens, direitos e aplicações de recursos, e o passivo, as obrigações para com os participantes e terceiros.

Conselho Deliberativo: Órgão máximo da estrutura organizacional da Entidade. É responsável pela definição da política geral de administração da EFPC e seus Planos de Benefícios. Cabe ao Conselho Deliberativo ser o principal agente nas definições das políticas de administração e das estratégias gerais da entidade, bem como a sua revisão periódica.

Conselho Fiscal: Órgão de controle interno da Entidade. Supervisiona a execução das políticas do Conselho Deliberativo e o desempenho das boas práticas de governança da Diretoria Executiva. Cabe ao Conselho Fiscal elaborar relatórios semestrais que destaquem a opinião sobre a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos, e à execução orçamentária. O Conselho Fiscal deve comunicar eventuais irregularidades, sugerir, indicar ou requerer providências de melhoria na gestão, e emitir parecer conclusivo sobre as demonstrações contábeis anuais da entidade.

Demonstrações Contábeis: Conjunto de relatórios emitidos pela entidade, como o Balanço Patrimonial, Balancete, Mutação do Ativo Líquido, dentre outras, bem como as respectivas notas explicativas às demonstrações. Objetivam proporcionar entendimento quanto à posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade e dos planos administrados, servindo de base informacional aos usuários em geral.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS): a DMPS é o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modificações que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL): a DMAL é o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentação do ativo líquido por meio das adições (entrada) e deduções (saídas) de recursos.

Demonstração do Ativo Líquido (DAL): a DAL é o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composição do Ativo, Obrigações e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): a DPGA é o demonstrativo que apresenta de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentações que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos e impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT): a DPT é o demonstrativo que representa a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Demonstrativo de Investimentos: o Demonstrativo de Investimentos apresenta a alocação dos recursos da Entidade por segmento (renda fixa e variável) e estabelece um comparativo com as diretrizes estabelecidas na política de investimentos e na legislação vigente. O Demonstrativo de Investimentos traz também um resumo sobre o retorno dos investimentos

dos planos e a diferença quando comparado à meta atuarial ou meta de investimentos, os custos de gestão dos investimentos e as modalidades de aplicação.

Diretoria Executiva: Órgão responsável pela administração da Entidade e dos Planos de Benefícios, observando a política geral traçada pelo Conselho Deliberativo e as boas práticas de governança.

Estatuto Social: Documento que define as estruturas administrativas, cargos e respectivas atribuições, além da forma de funcionamento da Entidade.

Fundo de Investimento: São condomínios constituídos com o objetivo de promover a aplicação coletiva dos recursos dos participantes. É uma comunhão de recursos destinados a aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de empresas emergentes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis: as Notas Explicativas acompanham as demonstrações contábeis e são responsáveis por detalhar as principais práticas contábeis utilizadas, os critérios adotados na apropriação dos recursos e na avaliação dos elementos patrimoniais. Além das informações já descritas, as Notas Explicativas normalmente trazem também um breve histórico dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

Parecer do Auditor Independente: o Parecer do Auditor Independente é o documento que apresenta a análise do auditor em relação às demonstrações contábeis da Entidade e, principalmente, se os resultados apresentados refletem a realidade da Entidade e se estão de acordo com as normas legislativas e as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parecer Atuarial: o Parecer Atuarial é o documento que apresenta o resultado de um estudo técnico realizado anualmente nos planos de previdência por um atuário e reflete a opinião deste profissional sobre a saúde financeira dos planos. Este documento traz os custos estimados para manutenção do equilíbrio dos planos e os principais dados estatísticos e hipóteses utilizadas no estudo. O Parecer é confeccionado somente para os Planos classificados como modalidade Benefício Definido ou Contribuição Variável, que possuem componentes atuariais que impactam no resultado do Plano.

Parecer do Conselho Fiscal: o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informações complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

Política de Investimentos: a Política de Investimentos é responsável por definir as principais regras e condições para aplicação dos recursos da Entidade e dos Planos de Benefícios e tem a finalidade de garantir uma gestão prudente e eficiente dos ativos dos planos. A política é elaborada anualmente e deve considerar em sua elaboração os riscos envolvidos e os objetivos da Entidade para definição dos investimentos de médio e longo prazos.

Manifestação do Conselho Deliberativo: a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal.

Relatório Anual: Documento de comunicação interna elaborado pela Entidade para os participantes e assistidos com informações sobre o desempenho da Entidade e do Plano de Benefícios no ano.

ANEXO PARECER ATUARIAL

Fale Conosco



IcatuFMP 0800 285 3004

icatusseguros.com.br

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC

Exclusivo para informações públicas, reclamações
ou cancelamentos de produtos adquiridos por telefone.

SAC IcatuFMP 0800 286 0116

IcatuFMP